

avante

UNIDADE NA ACÇÃO — A FORÇA DOS TRABALHADORES

Preço 5500

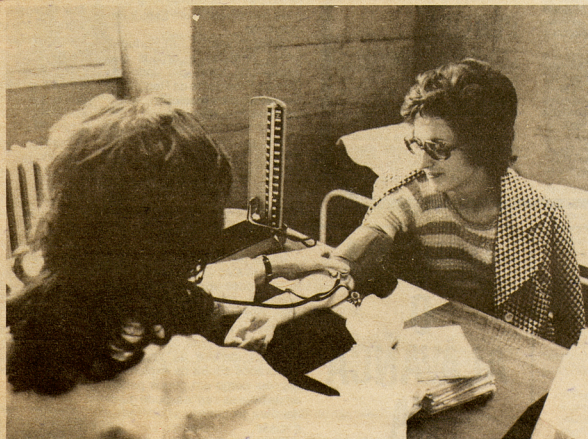


INTERSINDICAL ALERTA TRABALHADORES

PÁG. 3

ENCONTRO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA

— DIAS 27 E 28 DE MARÇO EM COIMBRA
PÁGINAS CENTRAIS



TRABALHADORES AGRÍCOLAS REÚNEM-SE COM LOPES CARDOSO

PÁG. 10

ATENTADOS ÀS LIBERDADES EM BRAGANÇA

PÁG. 13

NOTICIÁRIO SINDICAL

QUÍMICOS

O que era designado Sindicato Nacional dos Técnicos e Operários das Indústrias Químicas do Distrito de Lisboa, passou a denominar-se oficialmente, Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Químicas do Centro, Sul e Ilhas Adjacentes e Moagens do Centro e Sul, e tem a sua sede no Campo dos Mártires da Pátria, n.º 50, 2.º Dt.º, em Lisboa.

VESTUÁRIO

Do sindicato dos Trabalhadores do Vestuário, Tinturarias e Lavandarias do Distrito do Porto, recebemos um Comunicado de protesto contra as anomalias e as violências verificadas contra os trabalhadores, em diversas formas de vestuário, entre as quais na «Sobretudo & Manuel de Pontal», na «Rolsol» de Ermesinde e na «Silva & Dores».

«No comunicado a que nos estamos a referir, protesta-se contra a total passividade do Ministério do Trabalho que, aos pedidos de eficaz intervenção oficial contra todas essas injustiças patronais, se limita a responder, invariavelmente: «Seguem-se as vias legais».

Entretanto, os 19 trabalhadores e delegados sindicais despedidos sem justa causa das três firmas citadas, continuam a aguardar que «as vias legais» resolvam o problema dos seus salários, da sua falta de pão, do fome que naturalmente se terá abateido sobre os lares dessas duas dezenas de trabalhadores e suas famílias.

Até quando isto pode continuar assim?

BANCÁRIOS

Recebemos, do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, os Comunicados n.ºs 16/76, 17/76 e 18/76, respectivamente sobre «O Direito à Habitação», insistindo-se no cumprimento do nívelamento: «Pelo Direito à Greve», sobre a proposta da nova Lei da Greve apresentada pelo Governo, e «Sobre o Horário Nacional de Trabalho». Estes temas foram objecto de discussões na Assembleia Geral efectuada neste Sindicato, em 18 do corrente.

SOREFAME

A Comissão Sindical dos Trabalhadores da Sorefame, da Amadora, publicou um Comunicado, no qual se desmente o teor de um outro comunicado posto a circular na cidade de Lisboa, no qual se acusava esta Comissão Sindical de ter feito aprovar

uma proposta para recusar a integração nesta fábrica, de um certo número de trabalhadores da Sorefame, do Lobito.

Para se evitar especulações, afirmamos no Comunicado agora publicado que tal não corresponde à verdade, porque essa proposta foi subscrita por centenas de trabalhadores e aprovada por forte maioria, num Plenário em que se recusava a sua integração nos Serviços da Empresa, por considerarmos que certo número de Retomados da Sorefame do Lobito não estavam abrangidos por contratos que juridicamente tivéssem que ser admitidos na Sorefame da Amadora.

Mais informa esta Comissão Sindical que mesmo as eses trabalhadores, não lhes foi negado o direito ao trabalho, «devidos os mesmos candidatar-se a possíveis vagas em aberto, juntamente com os desempregados então já existentes em Portugal».

METALÚRGICOS

Na Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos, em Lisboa, reuniram-se em 11 do corrente os Sindicatos de Aveiro, Braga, Porto, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Lisboa, Portalegre e Santarém, para apreciarem a situação dos companheiros metalúrgicos da firma «Tomé Ferreira», de Vieira de Leiria.

Nessa reunião, foi aprovada a seguinte MOÇÃO:

«Companheiros, em nome dos metalúrgicos portugueses saudamos a vossa justa luta pelo pão, pela defesa das conquistas alcançadas, pela democracia, contra o fascismo e o capitalismo.

Em vós saudamos os lutadores de amanhã, os combatentes da liberdade e do socialismo, as mulheres e os homens que não vergam, os trabalhadores dispostos a levar até ao fim a sua luta por uma vida melhor contra a exploração e pela sociedade sem classes.

Como sabemos, em 10 de Março encontramos-nos à mesa das negociações, enfrentando os capitalistas que se negam a negociar o resto do nosso CCT. Essa é a razão porque não pudemos acorporar-nos ao Ministério das Acomodações, como era o nosso desejo.

Hoje, ao mesmo tempo que vos saudamos fraternal e revolucionariamente, queremos dizer-vos que podemos contar com a Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos para, todos unidos, irmos ao combate contra o capital explorador e reaccionário.

Prossigam no passado dia 22 pelas 10 horas na Calçada de Santos n.º 3, em Lisboa, as negociações do

CCT da Metalurgia e Metalomecânica na parte não abrangida pela Portaria de Regulamentação do Trabalho.

Entretanto a Comissão Sindical de Negociações está a estudar um anteprojecto de proposta para a revisão da Portaria que tenha em conta a subida do custo de vida e outras reivindicações dos trabalhadores.

Logo que esteja elaborado esse anteprojecto será apresentado às 9 associações patronais abrangidas pela Portaria e que assinarão o protocolo de 11 do corrente comprometendo-se a negociar.

Acresce dizer que faltaram as últimas reuniões dos representantes dos reparadores de automóveis do norte a sul, e o Grémio das Cutelarias enquanto que a Associação das Linhas de Montagem de Automóveis esteve presente mas não quer negociar.

Estas Associações Patronais insistem pois nas suas manobras divisionárias, reaccionárias e desonestas já que em 1 de Março se comprometeram a negociar, como consta da acta. Estes reaccionários contam com a colaboração de uns poucos lacaios no seio dos trabalhadores que estão a elaborar um projecto de contrato para o sector automóvel, assim procurando através da divisão enfraquecer os trabalhadores da metalurgia e metalomecânica.

ELECTRICISTAS

Protestando contra o Decreto-Lei 84/76, que pretende regulamentar a «legalidade» sobre os despedimentos, publicou o Sindicato dos Electricistas do Sul um extenso Comunicado, no qual se examina esse documento e se diz que o mesmo «é mais um ataque às conquistas dos trabalhadores, visando a recuperação capitalista da economia».

Ainda do mesmo Sindicato, recebemos um Comunicado em que se pede que se «lute hoje contra a lei da greve de amanhã» projectada pelo DROT do Ministério do Trabalho.

FUNÇÃO PÚBLICA

A Comissão Directiva Regional Provisória do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública efectuada, em 19 do corrente, uma conferência de imprensa, na sede do seu Sindicato, à Rua Ferreira Lopo n.º 32, 3.º Dt.º, em Lisboa, para expor problemas que se levantaram no respeitante à Constituição do Sindicato e, ainda, sobre a institucionalização das subintendências na Função Pública.



do Sindicalismo

Em todos os países existe uma organização política da sociedade, com um poder bem determinado, cuja tarefa consiste em dirigir a sociedade desse mesmo país. Essa organização política chama-se o Estado.

Os Sindicatos, que actuam no meio de uma sociedade bem especifica, não podem de forma alguma deixar de atender a esta realidade, visto que também estão integrados nela e sujeitos à gestão dessa sociedade.

O papel do Estado é de uma organização maior da sociedade, codificada por leis e decretos que regem as relações entre organizações e indivíduos e entre grupos sociais. O Estado cria instituições, que muitas vezes podem ser nefastas para os trabalhadores, e para essas instituições destaca homens cujo papel é o de dirigirem a sociedade, através de um Governo.

Durante 48 anos, que foi o período em que subsistiu o Estado totalitário e fascista de Salazar e Caetano, as leis e os decretos correspondiam ao espírito do regime, que era antipopular e antidemocrático.

Depois do «Movimento dos Capitães», em 25 de Abril de 1974, a ditadura fascista foi derubada e (re)iniciou-se uma situação democrática, um Estadodemocrático.

Neste momento, em Portugal, temos pessoas e órgãos que funcionam como um todo do Estado: Presidente da República, Conselho da Revolução, MFA, Governo Provisório, etc.

Nas várias sociedades, o Estado apresenta-se sob as mais diversas formas. Pode, por exemplo, ser:

- Uma organização democrática burguesa,
- Uma organização socialista,
- Uma organização ditatorial fascista.

De conformidade com uma ou outra destas designações, o Estado pode assegurar a plena igualdade entre todos os cidadãos, com idênticos direitos e deveres; ou pode reservar para alguns as riquezas do país, dificultando sempre as lutas dos explorados contra os exploradores, ou, como em certos países ainda hoje se verifica, pode guardar para si apenas os poderes de decisão.

Temos, por isso, que nos países sob o regime capitalista, em democracia burguesa, ou socialdemocracia, o Estado é, na prática, o instrumento executivo da dominação capitalista, em cujos interesses se insere e defende, em desfavor das classes mais desprotegidas. Para isso codifica

leis que instrumentalizam as relações de produção capitalista. Depois, regra geral, dos grandes meios de propaganda e informação, através dos quais modela, a seu bel-prazer, a opinião pública, conseguindo, dessa maneira, levar as pessoas, menos preparadas sindical e socialmente, a aceitar certos objectivos colocados pelos interesses capitalistas.

A predominância dos representantes dos capitalistas e da alta burguesia é efectiva nas diversas instituições que têm a seu cargo a orientação político-social do país. De maneira geral, nos países regidos pelo sistema do Estado capitalista, as instituições escapam ao controlo popular e são dominadas por homens da burguesia e da alta finança, ou por elementos da sua confiança e ao seu serviço. (Caso dos países ocidentais).

Existe, também, o Estado socialista, em que cada cidadão tem iguais direitos e deveres, onde a exploração do homem pelo homem deixou de existir. As virtudes do Estado socialista estão bem patenteadas nos diversos países onde presentemente se constrói uma sociedade Socialista, como a RDA, a Polónia, a Checoslováquia, a Hungria, a União Soviética, a Bulgária, a Roménia, etc.

Há, todavia, ainda espalhados pelo mundo regimes que são fascistas (casos do Chile, Uruguai, Brasil, etc.). Esses países são de Estado totalitário, de ditadura, nos quais todas as liberdades individuais e colectivas são esmagadas pelas forças policiais e militares, onde ninguém tem o direito de palavra, de reunião nem de filiação.

Estes Estados totalitários esmagam pela violência, pelo terror, pela tortura (como no tempo dos famigerados Salazar e Caetano) todos quantos querem ser livres, viver em democracia e em liberdade.

No caso do nosso país, o Estado é democrático-burguês, embora estejamos vivendo num período de transformações sociais e políticas de certa envergadura, numa Revolução democrática, a caminho do Socialismo. Há conquistas fundamentais que o Povo alcançou, em constantes lutas, depois do 25 de Abril, e que estão a ser defendidas com consciência de classe. Essas conquistas essenciais (nacionalizações, controlo operário e Reforma Agrária) serão defendidas contra todos os assaltos dos capitalistas, por todos os trabalhadores, unidos e decididos e defenderem na luta quanto já conquistaram. E estão lutando para transformar o Estado democrático-burguês actual, num verdadeiro Estado Socialista.

Transportado pelos

 Caminhos de Ferro Portugueses

avancada

SEMANÁRIO DA INTERSINDICAL

DIRECTOR INTERNO Jaime Marques Machado

16 páginas Preço \$500

REDACCAO E ADMINISTRACAO
 Rua Vitor Gordon 1-2 LISBOA

DELEGACAO DO NORTE
 UNIAO DOS SINDICATOS DO PORTO - Rua de Santa Catarina 922-1
 Telex 38072/ES - PORTO

DISTRIBUICAO REGIMPRENSA

COMPOSICAO IMPRESSA
 HESKA PORTUGUESA

Rua Elias Garcia 25 27 - Venda Nova - Amadora

**DIVULGA
 O
 ALAVANCA
 NA
 TUA
 EMPRESA**



INTERSINDICAL ALERTA OS TRABALHADORES

A política de recuperação capitalista tem encontrado pela frente a firme determinação dos trabalhadores, que se mostram dispostos a defender intransigentemente as conquistas alcançadas. A recuperação capitalista não tem o apoio do nosso povo, prejudica-o seriamente e é causa da sua justa indignação. A reacção sabe-o. A reacção pretende utilizar-se do justo repúdio das massas para aumentar a confusão, montar contra o movimento popular uma enorme provocação que justifique as medidas repressivas, terroristas e fascizantes que defende.

O aproveitamento das forças reacçãoárias dos justos anseios dos enfermeiros para os lançar em formas de luta

impopulares, mais não eram que ciladas para justificar o emprego de medidas repressivas, constitui um exemplo a ter em conta por todos os trabalhadores.

O facto de ser sabido que os sindicatos que conduziram a greve não estão filiados na INTERSINDICAL, e esta nada tem a ver com a condução da luta não impede que a reacção através dos seus órgãos de informação ande a divulgar que a INTERSINDICAL quer matar os doentes.

No momento crucial que vivemos, mais uma vez, a INTERSINDICAL apela para a consciência de classe de todos os trabalhadores a fim de não se deixarem envolver em formas de luta que, embora visando alcançar justos objectivos, pode ter como

consequência a desestabilização político-social procurada pelos reacçãoários de todos os matizes.

Assim, embora se deva continuar a reivindicar firmemente por melhores condições de vida, nenhuma luta pode perder de vista a necessidade prioritária de defender as conquistas democráticas.

A classe operária e os trabalhadores em geral, têm demonstrado ao longo do complexo processo revolucionário, saber distinguir os seus objectivos fundamentais.

- Pelo controlo operário
- Pela liberdade
- Pela Reforma Agrária
- Pela democracia



ENCONTRO DISTRICTAL DE DELEGADOS SINDICAIS E COMISSÕES DE TRABALHADORES DE LISBOA



Para o reforço da Unidade e Organização dos Trabalhadores. Pela defesa das Liberdades e da Democracia

Quando as nacionalizações, a reforma agrária, o controlo operário, o controlo da previdência, as liberdades democráticas e sindicais, conquistas fundamentais dos trabalhadores, se encontram ameaçadas pela crescente escalada das forças reacçãoárias e fascistas;

Quando o patronato intensifica a sua acção no sentido de recuperar empresas que anteriormente tinha abandonado e salvas da ruína pelo esforço, unidade e actividade criadora dos trabalhadores;

Quando são retiradas às Comissões de Trabalhadores e Comissões Sindicais, credenciais que permitam aos trabalhadores gerir empresas por si defendidas da acção sabotadora do patronato e recuperadas;

Quando os preços dos bens essenciais de amplo consumo popular crescem vertiginosamente, ao mesmo tempo que os salários foram congelados e que é aprovada legislação que serve exclusivamente os interesses do grande capital;

Quando os nossos inimigos de classe desencadeiam acções desagregadoras e divisionistas contra as organizações de classe das massas trabalhadoras;

Quando se permite que o exercício das liberdades democráticas e sindicais seja posto em causa e mesmo impedido em algumas zonas do país, pela acção de caciques locais e de actos terroristas contra a organização dos trabalhadores;

QUANDO TUDO ISTO ACONTECE E SOMOS NÓS A PAGAR O QUE NÃO DEVEMOS, ENTÃO TEMOS QUE REAGIR COLECTIVAMENTE!

A todos os Delegados Sindicais e Comissões de Trabalhadores das empresas do Distrito de Lisboa propomos um encontro a realizar no próximo dia 10 de Abril, na VOZ DO OPERÁRIO, onde vamos discutir:

1 — A ORGANIZAÇÃO NA EMPRESA

As Comissões de Trabalhadores e Delegados Sindicais cumpre um trabalho árduo e dinâmico, em que a unidade e cooperação são essenciais para a organização e reforço do movimento operário.

Quais as tarefas fundamentais?
Como as vamos realizar?
Estas e outras questões são ou não importantes para a unidade dos trabalhadores?
Então participa, discute com os camaradas, na empresa, no sindicato e vem!

2 — A ORGANIZAÇÃO REGIONAL

Em cada freguesia, concelho, zona, no distrito, há experiências e problemas que importam divulgar.
Aos secretariados de Comissões de Trabalhadores e Delegados

Sindicais, às Uniãos Locais compete esse papel mobilizando, esclarecendo e organizando.

Como devem funcionar?
Quais as perspectivas de trabalho?
Vem participar, mas primeiro discute na tua empresa e sindicato!

3 — A ORGANIZAÇÃO POR RAMO DE ACTIVIDADE

Dividir para reinar foi o lema do fascismo: em cada empresa muitos sindicatos.
Combater a pulverização sindical nas empresas é contribuir para a nossa unidade.

O que é a organização sindical por ramo de actividade?
Quais as vantagens da verticalização?
Discute na tua empresa e sindicato, vem participar com as experiências e opiniões que recolheste!

4 — A RECUPERAÇÃO CAPITALISTA

Os capitalistas procuram reaver os privilégios perdidos após o 25 de Abril. Procuram que sejamos nós a pagar uma crise de que são os únicos responsáveis. Aumentam os preços de forma assustadora. Os trabalhadores vêm de novo a apertar o cinto. As leis que dizem respeito aos trabalhadores são cozinhadas nas nossas costas. A CIP e a CAP multiplicam as pressões sobre os órgãos do poder e impõe-lhes as suas soluções. A repressão volta a fazer-se sentir. O patronato reacçãoário e o grande capital querem voltar.
Os trabalhadores têm sabido resistir, mas há muito mais a fazer!

Como vamos aplicar a nossa força?
Vem responder com a opinião dos teus camaradas de trabalho!
Estas as questões fundamentais que se põem ao movimento operário. Cumpre aos Delegados Sindicais, Comissões de Trabalhadores e Sindicatos promover e incentivar a sua discussão nos locais de trabalho, a nível de freguesia, zona, concelho e distrito.
Nenhum trabalhador se deve alhear da sua discussão.

Que este nosso ENCONTRO resulte de uma ampla discussão e larga mobilização das massas trabalhadoras deste distrito, contribuindo assim para o reforço da sua unidade e organização contra a recuperação capitalista, em defesa das liberdades e da democracia.
Envia-nos as teses que elaborares com os teus camaradas de trabalho até ao próximo dia 3 de Abril.

Inscreve-te para o ENCONTRO. Participa. Não deixes que outros resolvam por ti. Mas não te esqueças de vir devidamente credenciado para ninguém ter dúvidas sobre a tua representatividade.

- Participa discutindo
- Participa enviando teses
- Participa esclarecendo
- Participa mobilizando
- Vem ao ENCONTRO

Lisboa, 15 de Março de 1976 O SECRETARIADO ORGANIZADOR

Contacta-nos, estamos todos os dias das 10 às 24 h. na Rua Vitor Cordon, n.º 1-2.º em Lisboa (Sede da Intersindical)
teis. 36 52 86 36 52 87 - 32 38 40-32 31 40 (noite) Ext. 36.



TRABALHADORES DA SANIMAR CONTRA O DIVISIONISMO

Os trabalhadores da Sanimar, depois de violentamente agredidos e espancados pela GNR e PSP, no dia 16 de Março, continuam a apresentar-se ao trabalho, mantendo-se junto das instalações «se-ladas», enquanto os seus representantes tentam, em vão, avistar-se com os governantes.

Houve feridos. Pistolas saltaram dos coldres para perseguirem trabalhadores indefesos, que de há muito lutam pela defesa dos seus postos de trabalho.

ALVANCA não vai noticiar os modos e maneiras da GNR e PSP (Policia de choque). Os jornais diários referiram os acontecimentos da manhã de 16, nas instalações fabris de Camarate, e da tarde do mesmo dia, nos armazéns da Praça José Fontana. Mais matança menos pistolas, todos os trabalhadores conhecem a actuação dessas forças.

A exibição para toda esta violência está num «despacho» conjunto do Secretário de Estado do Trabalho, Ministro da Indústria e Tecnologia e Ministro das Finanças. Para os patrões, não há força capaz de os fazer cumprir a lei, para os trabalhadores há a lei do cacete!

A Sanimar é uma empresa que se dedica à fabricação e comercialização de materiais de construção civil e foi abandonada pelos patrões. À frente da empresa ficou uma Comissão de Procuradores, que nunca gozaram da confiança dos trabalhadores.

A situação tornou-se particularmente tensa em Novembro de 1975, pela oposição frontal, de um grupo de vendedores e outros privilegiados afectos ao antigo patrão, aos restantes trabalhadores.

Este grupo que ficou conhecido pelo grupo dos «43», dado serem uma minoria dentro da Sanimar, deu-se ao luxo de entrar em greve em meados de Novembro, boicotando assim todo o trabalho de vendas e comprometendo gravemente o escoamento de produtos.

Porém, os trabalhadores, apesar da pressão divisionista deste grupo minoritário, deram a sua confiança única e exclusivamente à Comissão de Gestão, democraticamente eleita em 24 de Outubro de 1975.

«Para execução completa deste despacho e atendendo aos factos (...) é considerado conveniente o encerramento imediato, embora provisório — e sem suspensão de qualquer vencimento, bem como, sem suspensão de qualquer relação de trabalho, seja de que trabalho for, — das várias instalações da empresa, para o que serão tomadas as providências necessárias, e para a guarda e gerência da Comissão de Gestão deverão ser-lhe entregues todos os valores, móveis ou imóveis da Empresa de Materiais para a Construção Sanimar, SAHL».

Será este o despacho que manda «carregar» sobre os trabalhadores? Estas manobras dos «despachos» executados nas costas dos trabalhadores, respeitam sobremaneira a posição dos «43» lacaios do patronato, que não deixaram de aplaudir o gesto servil dos Ministérios. Porém, quem trabalha não gosta de ser manobrado. «A maioria dos trabalhadores da sanimar não gostam de brincadeiras de mau gosto e portanto, depois de exporem os seus pontos de vista em linguagem corrente, puseram-nos (aos novos gestores) pura e simplesmente na rua».

E escreveram em comunicado: «A maioria dos trabalhadores da Sanimar, exigem a democracia, nem que seja aos governantes» — isto aconteceu em 8 de Março de 1976.

Em 16 de Março, muito «democraticamente», apareceram os carros blindados da GNR e os bastões da PSP para fazer «sentir» os despachos forjados em gabinetes de luxo, desprezando a vontade dos trabalhadores e todos os princípios democráticos.



CONTRA A FALTA DE GÉNEROS E OS AUMENTOS DOS PREÇOS

«Contra a falta de géneros e os aumentos dos preços», milhares de pessoas manifestaram-se no passado dia 17, frente ao Ministério do Comércio Interno, convocadas pela Comissão de Defesa dos Produtores e Consumidores.

Durante as suas intervenções, diversos oradores criticaram severamente a política seguida por Magalhães Mota no seu Ministério, sendo, em poucas vezes, apelidado de «fascista» pelos manifestantes.

No decorrer da concentração foi aprovada uma moção que exige ao Ministério do Comércio Interno o «congelamento dos preços dos bens essenciais e intensifique o combate à especulação através de rigorosa fiscalização dos grandes intermediários e empresas de comercialização, e não só dos pequenos retalhistas como vem sendo feito até agora». Na mesma moção são também exigidas «medidas concretas e urgentes de apoio e protecção aos

pequenos e médios agricultores e que o Governo impeça o regresso dos patrões às empresas onde tem intervenção».

Chama-se a atenção, por outro lado, para a necessidade da criação de mecanismos que permitam o escoamento de produtos das unidades colectivas de produção, bem como a eliminação dos intermediários e a conveniência da publicação dos preços de garantia para os pequenos e médios produtores agrícolas.

Por fim, exige-se «que a Radiotelevisão Portuguesa seja colocada imediatamente ao serviço das classes trabalhadoras e da maioria do Povo do nosso País».

Para evitar confrontos com elementos do MRPP, que à mesma hora se manifestavam noutro local, registou-se, em dada altura, o aparecimento de um aparelho contigente policial armado de capacete com viseira e bastões...



QUE ACONTECEU EM 8 DE MARÇO DE 1976?

Damos a palavra aos trabalhadores:

«... três senhores bem falantes, filhos da burguesia, entraram pelas instalações da sede desta empresa, pretendendo falar com a Comissão de Gestão (...) A primeira preocupação de um dos «senhores» foi desocupar o gabinete dos trabalhadores que lá se encontravam, entre os quais um elemento da Comissão de Trabalhadores.

Depois de terem o campo livre daqueles que lhes faziam frente, apresentaram à Comissão de Gestão um despacho assinado conjuntamente pelos senhores «democratas» Salgado Zenha, Walter Rosa e Marcelo Curto, dizendo que eram os novos gestores públicos da Sanimar, nomeados por conselho de ministros, no abrigo do Dec. 597/75.

Entre outras coisas, esse referido despacho dizia:

TRABALHADORES DAS ORGANIZAÇÕES CANCELA EXIGEM A VERDADE

Transfêrencia ilícita de capitais para o estrangeiro, evasões fiscais da ordem dos milhares de contos, responsabilização da empresa por dívidas particulares e descapitalização (em cerca de 11 000 contos), desvio de fundos para fora das actividades normais das empresas e para contas particulares de alguns dos «avariados» dos capitalistas das Organizações Cancela, reveladas, a semana passada, em conferência de imprensa convocada pelos trabalhadores.

Mas de «avariados» temos ouvidos falar de muitas, quando não, maiores. O que é novo na farsa capitalista é a actuação dos Ministérios do Trabalho e do Comércio Interno, que, à última da hora, pretendem entrar os

trabalhos da Comissão que procedia ao inquérito à Administração das empresas.

Os trabalhadores das Organizações Cancela (7 empresas), conforme «Avançada» noticiou no n.º 22, iniciaram todo um processo de luta, que culminou com a ocupação das empresas em Abril de 1975, e posterior intervenção estatal em 20 de Maio do mesmo ano. Saliente-se que a Comissão Administrativa, que desde então tenta recuperar aquela organização, vítima dos vícios capitalistas, é integrada, na sua totalidade, por trabalhadores da empresa.

Entretanto, um dos patrões — o Sr. Jaime Cancela — ausentou-se para o Brasil deixando cá o Sr. Armando Cancela a «lurar» de Ministério em

Ministério, para entrar o processo de luta dos trabalhadores.

Conseguiu-o? Quando a Comissão de Inquérito tinha dado os trabalhos por terminados, faltando tão somente dactilografá-los para entrega às entidades competentes, o actual Ministro do Comércio Interno decidiu contrariar o que estava feito, procurando dar uma volta à resolução do problema.

O Inquérito foi entregue no Supremo Tribunal Administrativo, Ministério da Indústria, Ministério do Comércio Interno e Conselho de Ministros, no dia 25 de Fevereiro de 1976. Os Ministérios do Trabalho e do Comércio Interno suspenderam os seus inquiridores nos dias 20 e 23, respectivamente, alegando

irregularidade na nomeação dos mesmos.

Para os trabalhadores, porém, isso não tem nada a ver com a veracidade e resultados do inquérito. Porém, como a manobra não deixa de ser sintomática, os trabalhadores perguntam: «Estará o Sr. Ministro disposto a abonar as vigarices feitas pelos patrões das empresas Organizações Cancela? Será que passar para o Estrangeiro uns milhares de continhos é uma forma de ser patriota?»

Por tudo isto, os trabalhadores, reafirmam a sua determinação de lutar até ao fim, não podem deixar de concluir que «os Ministérios do Comércio Interno e do Trabalho têm novas políticas, que não coincidem com os interesses dos trabalhadores mas sim dos patrões!»

TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DEMONSTRAM ELEVADA CONSCIÊNCIA POLÍTICA

1 — A Comissão Negociadora Sindical foi recebida no dia 19, pelo Senhor Presidente da República a quem expôs todos os problemas decorrentes da reunião havida no Porto no dia 14 de Março, na qual os Sindicatos decidiram que se entrasse em greve no dia 22.

Foi exposto ao Senhor General Costa Gomes a decisão firme dos trabalhadores de não recuarem perante aquilo que consideram um direito seu que é a saída do CCT Vertical, por melhores regalias salariais e sociais.

Porém, o adjunto económico do Senhor Presidente da República apresentou à Comissão Negociadora um documento onde se afirma que as novas tabelas salariais acarretariam um aumento de 35 milhões de contos (o que não corresponde à Verdade), quantia manifestamente superior ao valor anteriormente determinado e conhecido dos Sindicatos integrantes do CCT.

O Senhor Presidente da República manifestou a sua apreensão pelo facto de algumas forças que não estão interessadas no processo revolucionário, poderem vir a aproveitar-se da nossa justa luta.

Por outro lado ainda, tivemos conhecimento que as Comissões Administrativas das empresas da Construção Civil da área de Lisboa, com intervenção do Estado, foram convocadas pelo Secretário de Estado da Habitação à última hora para discutir a greve. Foram informadas que a greve era ilegal como seria legal a ocupação dos locais de trabalho pelos grevistas.

Dado o clima de instabilidade social que se vive no nosso país em que estão medidas forças reacçãoárias que em nada defendem os interesses dos trabalhadores, reaceamos que a nossa greve, sendo justa, possa vir a ser aproveitada para um regresso ao fascismo.

2 — O Senhor Presidente da República informou-nos que o problema do nosso contrato poderia vir a ser posto na reunião do Conselho de Ministros, ainda a decorrer, e que iria apresentar também a posição dos trabalhadores na próxima reunião do Conselho da Revolução que se efectuará no dia 23 (3.ª feira). Informou-nos também que iria diligenciar junto do Ministro do Trabalho para que este recebesse a Comissão Negociadora Sindical.

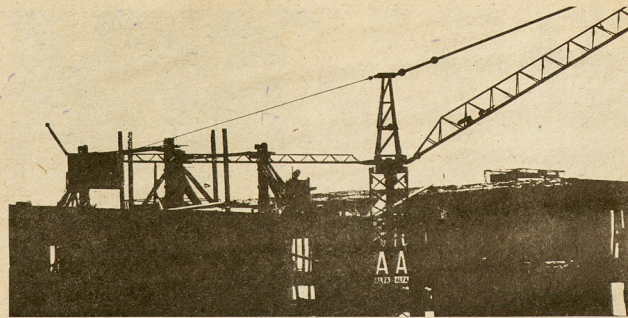
3 — Perante os factos descritos e atendendo aos perigos que corriam os trabalhadores da Construção Civil e restantes trabalhadores portugueses, a Comissão Negociadora Sindical do CCTV da Construção Civil, reunida na madrugada do dia 20 de Março entendeu por bem suspender a greve que tinha sido convocada para dia 22.

4 — A Comissão Negociadora alerta os trabalhadores para que entendam que esta decisão é tomada na defesa dos legítimos interesses dos trabalhadores e na defesa da própria revolução, dando provas de elevada consciência política, pois a direita reacçãoária estava pensando nela para realizar os seus objectivos contra-revolucionários.

Alerta ainda os trabalhadores para que esclareçam todos os impacientes que nem tudo se conquista de um dia para o outro, porque se há de recuar amanhã avançar-se-á em frente para novas conquistas, mais conscientes, mais fortes e unidos demonstrando assim aos Portugueses que os trabalhadores da Construção Civil sabem ser firmes nas suas decisões.

5 — A Comissão Negociadora apela aos Sindicatos, Comissões de Trabalhadores, Delegados Sindicais e todos os trabalhadores da Construção Civil em geral para que realizem plenários onde se discutam outras formas de luta a avançar e que procurem através de debate encontrar a unidade, firmeza e confiança que nos permitam alcançar a vitória não só para hoje mas também para o futuro.

- EM FRENTE PELO CCT!
- CONTRA AS MANOBRAS DA DIREITA!
- UNIDOS E VIGILANTES VENCEREMOS!
- A LUTA CONTINUA!



CONTRA O REGRESSO DOS PATRÕES NA JOAQUIM FRANCISCO DOS SANTOS

Por decisão do Conselho de Ministros foi suspensa a Comissão Administrativa da Sociedade de Construções Joaquim Francisco dos Santos sendo nomeada uma Comissão de Inquérito às suas actividades.

Foi com surpresa que os camaradas daquela empresa tomaram conhecimento de tal decisão, uma vez que a actuação da Comissão Administrativa sempre mereceu o maior apoio dos trabalhadores.

Tendo em conta que «a decisão tomada afecta directa e profundamente os mais vitais interesses dos trabalhadores, e os seus mais legítimos direitos», a Comissão de Trabalhadores enviou uma carta ao Ministro da Construção Civil e Habitação, da qual passamos a transcrever algumas das partes mais significativas. Assim, declara-se a dada altura: «Dispõe, por certo, o Ministério através da Secretaria de Estado da Habitação e Urbanismo de volumoso dossier relativo ao processo da Sociedade de Construções Joaquim Francisco dos Santos Lda. Consultando esses documentos poderá V.Ex.ª ameniar o papel determinante dos trabalhadores na recuperação de uma unidade produtiva que o patronato votara definitivamente ao encerramento; foram os trabalhadores que impediram o desaparecimento de 600 postos de trabalho, foram

eles que receberam do Conselho da Revolução um louvor público pela participação que tiveram na Batalha da Produção».

Após lembrarem que os trabalhadores abdicaram temporariamente de certas regalias (ferias, subsídios, horas extraordinárias, etc.) e que «tudo isto fizeram com plena consciência do papel que desempenham na gestão da empresa e do esforço que era necessário despendê-lo até à sua completa normalidade», salienta-se (...) «paralelamente, com verdadeiro sentido das responsabilidades, sempre têm vindo a apelar o Governo para a evolução da situação da empresa, continuamente têm vindo a reclamar medidas tendentes à superação das dificuldades que lhe tem sido criadas (...) A Comissão de Trabalhadores sente-se pois na obrigação e com o direito de afirmar a V.Ex.ª que qualquer decisão que signifique intervenção na vida interna da empresa não pode ignorar a vontade dos trabalhadores. Ela foi a mota real da sua recuperação, ela terá que ser a determinante da sua evolução. Não pode pois aceitar-se como facto consumado a suspensão da Comissão Administrativa sem que os trabalhadores, que a propuseram, se pronunciem. E a sua resposta é clara, não aceitam a suspensão da Comissão Admi-

nistrativa». Posteriormente, a Comissão de Trabalhadores emitiu o seguinte comunicado:

1 — A intervenção do Estado ao abrigo do Decreto 660/74. O APOIO GENERALIZADO DE TODAS AS ORGANIZAÇÕES SINDICAIS E UNITARIAS DE TRABALHADORES, e a nossa decisão de não pouparmos quaisquer sacrifícios, permitiram colocar ao serviço do País uma empresa que os seus proprietários tiraram lenço à beira da falência e abandonaram como protesto contra o 25 de Abril de 1974.

2 — Após o 25 de Novembro, as empresas de construção civil com intervenção do Estado têm sido e continuam a ser alvo do mais descarado boicote, e onde a ofensiva dos inimigos das conquistas dos trabalhadores tanto se tem feito sentir, com o fim de restituir ao patronato as empresas que este explorou e arruinou em proveito próprio, em especial aquelas que, COMO A NOSSA, OS TRABALHADORES RECUPERARAM À CUSTA DE TÃO PESADOS SACRIFICIOS.

3 — Os trabalhadores do nosso País, sobretudo os da construção civil, sabem dos nossos esforços conjuntos, dia após dia, mais após mais, junto dos órgãos de Estado, e de onde APENAS E SEMPRE SÓ TIVEMOS PROMESSAS para encher tempos que agravavam a situação mais a crise do sector e a situação das empresas em dificuldade. PARA EM VÃO SE TENTAR DEMONSTRAR QUE SO O PATRONATO REACCIÓNARIO DISPOE DE «SABEDORIA PARA GOVERNAR».

4 — Escudado na cumplicidade e vergonhosas mentiras do ex-delegado do Governo, ENG.º ROGERIO ALFREDO BRANCO E GRAVE, EXPULSO PELOS TRABALHADORES DA EMPRESA, mas ignorando deliberadamente a repetida exposição dos factos apresentados pelos trabalhadores, o Ministério da Construção Civil e Habitação impõe ao Governo a suspensão da nossa Comissão Administrativa, até à realização de um «inquérito» COM O QUAL SE TENTARÁ PERMANENTE «LEGITIMAR» A ENTREGA DA EMPRESA RECUPERADA AOS SEUS ANTIQUOS PROPRIETÁRIOS. É NECESSÁRIO PULGAR TODOS OS QUE HONESTAMENTE SE BATERAM E BATEM PELA SUA VALORIZAÇÃO.

5 — O Conselho da Revolução tornou oportuna pública a sua determinação de se opor a todas as manobras que visem a desestabilização da vida política do País e possam vir a comprometer a realização das próximas eleições para a Assembleia Legislativa. O POVO PORTUGUESE DOS TRABALHADORES SABE POR AMARGA EXPERIÊNCIA QUEM SEMPRE ESTEVE E ESTÁ INTERESSADO EM PROVOCAR A PERMANENTE INSTABILIDADE DA VIDA POLITICA DO PAÍS, TENTANDO OS SEUS AUTORES RETER TODA A RESPONSABILIDADE DO PROBLEMA DAS ÁGUAS TURVAS QUE CONTINUAM A AGITAR.

6 — CABE PERGUNTAR SE O MINISTÉRIO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E HABITAÇÃO E O PRÓPRIO GOVERNO NÃO ESTARÃO A COLOCAR-SE SOB A ALCAÇA DE DECISÕES TOMADAS PELO CONSELHO DA REVOLUÇÃO, ao abaterem-se sobre a nossa empresa, tornando-se os únicos responsáveis pelas inevitáveis consequências da sua ignorada intervenção.

TRANSPORTES ESTEFÂNIA «A JUSTIÇA DA NOSSA LUTA DETERMINARÁ A NOSSA VITÓRIA»

Elaborado o relatório da Direcção Geral de Finanças sobre a intervenção do Estado na Central de Transportes Estefânia, ao abrigo do decreto 660/74 e sendo este presente aos Ministérios das Finanças e dos Transportes, estaremos talvez perante uma das saídas para a luta dos trabalhadores daquela Central, que paralisaram no dia 2 de Março em virtude dos patrões se recusarem a pagar os retroactivos, 13.º mês e as férias.

Entretanto a entidade patronal, que se recusa a cumprir a Portaria dos Rodoviários, por ter sido a principal impulsionadora da sua impugnação, recorreu já à publicidade para caluniar a luta dos trabalhadores pelos seus direitos. Porém — «a justiça da nossa luta — afirmam os trabalhadores — determinará a sua vitória».

E acrescentam: «Não recuaremos, até porque estamos certos do apoio que esta nossa luta tem. Será que a luta pelo pão, contra a exploração e desenfreada, não é justa? Evidentemente que é mais do que justa.

«Esse pão porque lutamos começa a escassear em nossas casas. Sabíamos ao iniciar este processo, da s dificuldades que



encontraríamos. Alertámos os órgãos do aparelho de Estado para as manobras do patrão, dando provas de que ele não pretende resolver o conflito, antes dar-lhe novas dimensões. Alertámos ainda esses órgãos de que não queremos trabalho. Dá a necessidade de que resolvam urgentemente o nosso assunto, sob pena de considerarmos o atraso como omissão voluntária ou involuntária com o patrão, que pensa vencer-nos pela fome».



MINEIROS EM LUTA PELA CONTRATAÇÃO COLECTIVA

Conforme moção aprovada pelos trabalhadores da Pirites Alentejanas — Ajustrel e da Mines et Industries Sa-Lousal, num plêniário em que estiveram presentes delegados sindicais de todas as minas do Sul, todo o sector mineiro entrou, no dia 22 de Março, em «baixa de produção de 90%», responsabilizando a Associação das Industrias Mineiras «pelas consequências desta medida».

Efectivamente, os trabalhadores, repudiando a contraproposta

apresentada pela Associação das Industrias Mineiras, decidiram-se por esta forma de luta, face à recusa daquela Associação em «negociar a tabela salarial apresentada pelos Sindicatos dos Mineiros do Norte e Sul, no reinício das negociações do COT Vertical para a Indústria

Mineira».

Lebrando que «as negociações do COT se arrastam há sete meses e que o Governo, depois de congelar a contratação colectiva, aumentou o

custo de vida, principalmente os bens essenciais, permitindo assim toda uma recuperação capitalista e ficando centenas de trabalhadores numa situação caótica», o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Mineira do Sul pergunta: «Será com 4500\$00 que um trabalhador, chefe de família, pode fazer face ao elevado custo de vida? Será com 5000\$00, como se pratica ainda nalgumas empresas, que se paga a quem desce, diariamente, ao fundo de uma mina?»

luta de todos os explorados».

Na intenção de dinamizar as Comissões de Trabalhadores que estejam desmobilizadas ficou já marcada para o dia 29 às 21.00 horas na Cel-Cat, a eleição do Secretariado do Conselho de Trabalhadores e análise de um programa de trabalhos tendo por base as conclusões deste encontro.

Nas moções aprovadas no final dos trabalhos podem-se destacar ainda o repúdio dos trabalhadores pela ofensiva reaccionária que está a ser desencadeada contra a Reforma Agrária e particularmente pela campanha difamatória lançada contra o secretário de Estado da Reestruturação Agrária e a exigência de que a Previdência seja gerida pelos trabalhadores (Comissão Coordenadora) e que os capitalistas paguem as suas dívidas à Previdência.

G. Ts. DA AMADORA REFORÇAM ORGANIZAÇÃO

«As tentativas de recuperação capitalista e reaccionária constituem um dos traços essenciais da actual situação política portuguesa» — afirmou-se no Encontro das Comissões de Trabalhadores da zona da Amadora, realizado, no Sorefame, no dia 21 de Março.

Deturcando-se sobre o «papel das Comissões de Trabalhadores face à actual situação política» e sendo ponto assente que «a ofensiva do patronato e da reacção visa fundamentalmente anular as conquistas alcançadas pela luta dos trabalhadores na perspectiva da construção de uma sociedade socialista» os representantes de 46 organizações de trabalhadores e da Intersindical ali presentes, definiram como objectivos imediatos a «manutenção da actividade das empresas, o reforço da organização unitária dos trabalhadores nos seus locais de trabalho, a luta contra a sabotagem económica, o desemprego e o aumento do custo de vida bem como uma crescente intervenção dos trabalhadores na vida económica do país».

A necessidade do controlo operário, considerado como «grande passo dos trabalhadores contra a recuperação capitalista», ficou patente numa moção em que as organizações presentes se comprometeram a «criar, no mais curto espaço de tempo, a estrutura indispensável que leve os

trabalhadores a incentivar-se e a levar à prática o controlo operário».

Considerando que «o controlo operário da produção corresponde às necessidades do processo revolucionário, e é a garantia essencial para o seu avanço e consolidação» foi ainda afirmada a necessidade de «para travar o avanço da recuperação capitalista» — «incentivar o controlo operário nas empresas; promover iniciativas que reúnem as estruturas dos trabalhadores de um sector de actividade para discussão dos problemas, procura de soluções e tomada de medidas para as aplicar na prática». Salientou-se também a

necessidade de promover a organização através do esclarecimento, criar a unidade dos trabalhadores, combater o sectarismo, chamar todos os trabalhadores aos objectivos essenciais, que são a destruição do capitalismo e consequente abolição da exploração do homem pelo homem, esclarecer e continuar a dinamizar e organizar os trabalhadores, através dos seus órgãos unitários, no sentido de criar as comissões de controlo operário. Também ao nível da Banca se põe este problema, para tal é necessário que os bancários criem órgãos de controlo operário e se liguem aos órgãos existentes dos mais diversos ramos de actividade, de modo a colocarem-se ao lado da

É URGENTE REESTRUTURAR A INDÚSTRIA CORTICEIRA

«ALAVANCA» esteve, na passada semana, no Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Corticeira de Setúbal, com sede no Montijo. Pudemos falar com dois dos seus dirigentes: Justino Vieira Vilaverde e Joaquim Moreira Afonso, sobre a gravíssima crise que esta indústria atravessa. É de tal ordem essa crise que, segundo esses dirigentes sindicais, parece estar prestes a deixar desempregados, nos próximos três meses, milhares de trabalhadores.

Em face da gravidade do problema foi marcada uma reunião, a nível nacional, dos Sindicatos corticeiros do Norte e do Sul do País, reunião que deve ter-se efectuado no passado sábado, 13 do corrente, na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Corticeira de Setúbal, em Montijo, e na qual deve ter ficado decidida a ida ao Ministério do Trabalho, no sentido de se exigir que o Governo tome medidas urgentes, imediatas, de forma a poder-se procurar uma saída para esta gravíssima crise.

Trão sugerir ao Governo que sejam aplicados filtros de cortiça nos cigarros, como antes sucedeu, assim como a substituição da rolha plástica pela rolha de cortiça, como única forma de poder-se dar escoamento aos grandes armazenamentos (coisa local que disse Vieira Vilaverde) que existem actualmente. Com tal abertura para escoamento da cortiça e dos stocks de rolhas, criar-se-iam condições para que pudessem legalizar-se as contas atrasadas, retroactivos, etc., em débito aos operários corticeiros.

Também serão feitas outras sugestões, no sentido de que o Governo possa incentivar a utilização da cortiça no mercado interno, em vez de se permitir a importação de outros produtos que substituem a cortiça. Dessa forma, evitar-se-ia, também, a saída de divisas.

É que a crise corticeira é tão grave que numerosos são os patrões que estão a entregar as chaves aos trabalhadores, abandonando as empresas e os trabalhadores à sua sorte.

Há exemplos recentes, como o da firma «MARCOLIM»: os patrões abandonaram a firma, endividada. Os trabalhadores da mesma tomaram conta dela. E quando se dirigiram à Companhia de Seguros habitual, para poderem segurar contra acidentes, foi-lhes recusado esse seguro. Alegaram os senhores dessa Companhia (nacionalizada, é claro...) que não podiam aceitar esse seguro enquanto não fosse paga a dívida graúda dos antigos patrões dessa firma para com a Companhia.

«Que ralo de seguro é esse em que os trabalhadores têm de pagar as dívidas antigas dos patrões?» — espantou-se o presidente do Sindicato.

O outro problema a propor ao Governo é a nacionalização da cortiça no mato, como um meio de salvação da indústria e para se tentar evitar uma crise ainda maior, sobretudo no Sul. É que os grandes capitalistas do Norte (Amorins & Companhia e tantos outros) arebanham toda a cortiça do Sul, armazenando-a por todos os recantos das suas propriedades, lançando a escassez de cortiça nas outras regiões, fazendo dessa forma um monopólio e forçando os preços da cortiça como eles muito bem entendem. Isso é a nossa ver, uma actividade contra os verdadeiros interesses da Nação».

Deixámos os nossos amigos entregues à preparação desse Encontro Nacional dos Sindicatos Corticeiros do Norte e do Sul do País, esperando que do mesmo possam ter saído decisões para combater e, se possível, debelar na sua totalidade a grave crise corticeira — um mal mais a afligir a classe trabalhadora de Portugal.



Os trabalhadores não podem pagar o preço de uma crise que não provocaram

LUTA CONTRA O DESEMPREGO NA CONLUS

As operárias da fábrica Conlus estão há muito em luta contra o desemprego, visto que a multinacional Exquisite Form, sua proprietária, tudo tem feito para encerrar as portas à empresa.

Em conferência de imprensa dada recentemente a Comissão de Trabalhadores esclareceu a opinião pública das manobras de que todos as trabalhadoras têm sido vítimas por parte desta multinacional e da apatia do Governo, que, segundo elas, se tem tomado cúmplice do boicote de que são vítimas, nada fazendo para obrigar a entidade patronal a cumprir os compromissos assumidos, nem mostrando tensões de intervir de qualquer outra maneira.

Todos estes meses de luta e sacrifícios deu agora a estas operárias cuja principal reivindicação

tem sido a de quererem trabalhar, uma vitória. O Governo decidiu subsidiá-las com a quantia suficiente para o pagamento de dois meses de salário em atraso.

As operárias perguntam-se: querará isto dizer que o Estado se decidiu intervir consequentemente na empresa, garantindo à fábrica a laboração e a alar o trabalho?

As 400 operárias da Conlus estão dispostas a colaborar com as medias que nesse sentido se venham a tomar contra o desemprego e a fome, a exploração e a opressão.

Sabem que o risco de que os seus salários agora pagos pelo Governo se tornem num investimento eleitoral é um perigo real a que têm de estar atentas.

Mas a luta continua!



NA SOREFAME:

EMPRESA QUE NÃO TIVER O CONTROLO OPERÁRIO É CAMPO ABERTO AO PATRONATO

CONCLUSÃO

A visita do «ALAVANCA» à SOREFAME prosseguiu, sob as amplas explicações do nosso apreciado guia. Tivemos oportunidade de ver, em adiantado estado de construção, as grandes instalações do novo «self», onde virão a ser fornecidas as refeições aos milhares de trabalhadores desta grande empresa.

Percorremos longas naveas com numerosas máquinas e sobem, também, que as construções para novas instalações de máquinas continuam. E, ainda, que, para lá do «Aquaduto das Aguas Livres» (também elas) que está bastante vizinho de um dos extremos do enorme conjunto de edifícios, há ainda uma extensa parcela de terreno pertencente à SOREFAME onde, pensa-se, virão a ser construídos os novos «membros» desse enorme corpo operacional que é a SOREFAME.

AMIGO DEDICADO DO «ALAVANCA»

Subimos a um primeiro andar, na secção de desenho, onde começámos por ouvir Vítor Manuel Almeida, técnico de desenho. Apresentou-se-nos como assinante do «ALAVANCA» desde o primeiro número. Bravo!

Também nos informou que tem este jornal devidamente encadernado. Só que a mudança de formato que o jornal tem sofrido e que lhe tem causado certas dificuldades, para efeito dessa encadernação.

— Que acha que seja o papel do «ALAVANCA» entre os trabalhadores?

— «Para mim, acho que a missão do «ALAVANCA» é muito útil. E neste momento mais ainda, uma vez que a maior parte dos órgãos de imprensa portuguesa estão, nesta altura, a servir interesses convergentes com o grande capital internacional e com a burguesia. Poucos são os órgãos da imprensa diária ou semanal que neste momento estejam a defender os reais interesses dos trabalhadores. Penso que o jornal tem melhorado gradualmente, pois acho-o agora muito melhor, tanto no aspecto gráfico como no seu conteúdo.

— Quanto às sugestões, acho que se deve procurar no próprio jornal chamar a atenção das Comissões Sindicais, das grandes empresas, principalmente, para que, quando se realizem Plenários de importância nessas empresas, o «ALAVANCA» possa ser contactado com a devida antecedência, de forma a poder estar presente. Porque, neste momento do processo político, verifica-se nas principais grandes empresas que os trabalhadores têm de pôr de parte as divergências que possam ter, em favor duma união que tem de ser actuante e decisiva. Os partidos da direita, ao verem os perigos desta unidade, procuram por todos os meios interferir nesta união unitária. Mas perante a firmeza revolucionária dos operários da SOREFAME, aqui a reacção não tem nenhuma possibilidade de conseguir os seus intentos de divisão dos trabalhadores. E se o «ALAVANCA» estiver presente para testemunhar esta unidade revolucionária, será uma grande ajuda que prestará a toda a classe trabalhadora.

— Procura-se difundir o mais possível o jornal entre os trabalhadores. A nível das grandes empresas, como a CUF, a SOREFAME e outras, os Plenários de trabalhadores são excelentes meios para divulgação, propagação e expansão do «ALAVANCA».

avanco do nosso processo revolucionário».

— Abordámos, seguidamente, Rosendo Gomes Pires, preparador de trabalho:

— Que lhe parece que deva ser um delegado sindical?

— «Creio que deva ser um funcionário que, dentro da empresa, deva defender os interesses dos sindicalizados, a quem os trabalhadores devem pôr os seus problemas relacionados com o que se passa na

tratonado, continuaremos a tê-la como a tínhamos antes do 25 de Abril.»

— Pensa que a Reforma Agrária deve ter o apoio do operariado?

— «Penso que isso é absolutamente indispensável. E que há todo o interesse em que os operários, juntamente com os camponeses, defendam com todo o entusiasmo a Reforma Agrária. Porque, a meu ver, ela é o ponto principal das conquistas desta Revolução. E creio que, se se perde a Reforma Agrária, a revo-

— Acha que vive melhor depois do 25 de Abril?

— «Depois do 25 de Abril, a gente anda mais à vontade. Não se anda tão oprimido. Cada um faz a sua obrigação, sem ser perseguido. Merece a pena que cada indivíduo faça agora um pouco mais que antes, por sua livre vontade.»

SOBRE O «ALAVANCA»

«Já tenho lido o «ALAVANCA». É um jornal muito útil para os trabalhadores. Esse jornal, a meu ver, até traz umas coisas que são mesmo verdade.

Finalmente, falámos com Luís Moreira Monteiro, agente de métodos. A primeira pergunta foi sobre o que representava, para ele, o «ALAVANCA».

— «Esse jornal tem um papel muito importante, mesmo extraordinário, na politização de todos os trabalhadores progressistas, e não só. Todas as informações que colhemos no «ALAVANCA» são de muito interesse no momento presente. Creio que tem mantido, mais ou menos, as suas características iniciais, e penso que no aspecto gráfico a sua melhoria é notável. Uma coisa muito importante é a ascensão directa da classe operária, como é o exemplo de hoje. Para que nós saibamos a opinião dos camaradas das outras empresas, para termos informações de como se passa nos outros lugares, e isto sem distinção de sexo ou de idade. Acho que o aspecto gráfico é bom e que está agora melhor que antigamente.»

— Como encara o Controlo Operário?

— É um assunto que deve ser tratado com delicadeza, mas que terá que ser resolvido com a máxima urgência em todas as empresas.»

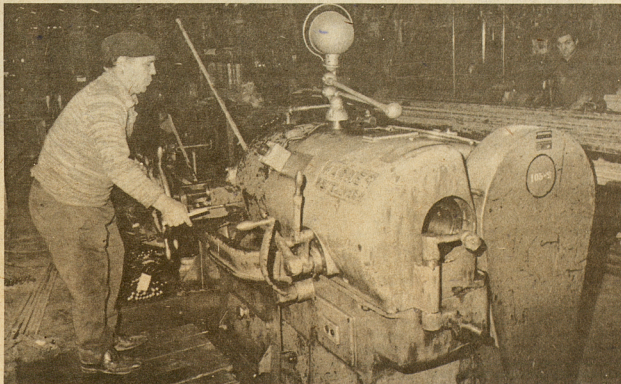
— Que diz sobre a Reforma Agrária?

— «Há um muito grande interesse de todos os operários pelos problemas da Reforma Agrária, e nesta empresa tem-se tentado, pelas mais diversas formas, dar todo o apoio moral e material aos nossos camaradas camponeses.»

— «Estamos, mesmo, preparando camaradas de operários, para se familiarizarem com os diversos aspectos da contabilidade, a fim de podermos, depois, ir ajudar e ensinar os camponeses, nos cooperativas e nas heranças colectivas. Em princípio, a reserva para estas equipas de trabalhadores da SOREFAME, a região de MORÁ, onde iremos, com d'«e, ajudar e a ensinar o que ag ra estamos a aprender, ou seja contabilidade.»

Sou a hora do almoço. E dispusémos-nos a abandonar esse grande complexo fabril. O nosso amigo e camarada guia continuou a fornecer-nos elementos para a nossa informação. «Que...» presentemente mais de 3000 trabalhadores em actividade na SOREFAME da Amadora e uns 1000 operários na construção Moderna em Amora, que é a 5.ª Divisão SOREFAME e onde se fabricam reservatórios, esferas e muitos outros produtos da metal-mecânica.

«ALAVANCA» agradece à Comissão Sindical da SOREFAME as facilidades que lhe foram concedidas



SOBRE ACTIVIDADES SINDICAIS

— Que pensa sobre a actividade da vossa Comissão Sindical?

— «A Comissão Sindical tem tido uma constituição pluralista. Nela figuram, eleitos pelos trabalhadores, elementos da UDP, do MDP/CDE, do PS, do PCP e outros. Nessa Comissão procura-se abordar não só a luta sindical mas também o problema político.»

— É de destacar que a primeira posição nacional contra a formação do AMI (que depois seria extinto) partiu da Comissão de Delegados Sindicais da SOREFAME. Ainda é bom salientar que foi um trabalhador desta empresa que propôs para o MFA o «Prémio Nobel da Paz».

— «Também vale a pena dizer que o primeiro projecto eleitoral entregue ao Governo foi da autoria de um trabalhador desta firma. Esta foi, igualmente, a primeira empresa que, a propósito do Decreto-Lei n.º 670/74, saiu em 25/11/74, o invocou apenas três dias após, ou seja em 28/11/74.»

— Ainda sobre sugestões para ajuda do «ALAVANCA» aos trabalhadores, acho que devia ser publicado nele resumos das Constituições de alguns países socialistas, de forma que os trabalhadores pudessem saber da falsidade de certas notícias publicadas nos jornais ao serviço dos interesses da grande burguesia. E também certos resumos da Legislação governamental portuguesa que pudessem servir de apoio aos trabalhadores e servir de

empresa, para que possam ser discutidos e resolvidos de forma a melhorar a situação.»

— Parece-lhe de grande necessidade o Controlo Operário?

— «Acho que é muito necessário, principalmente numa empresa tão importante como esta. E isto precisamente para se poder controlar devidamente a sua actividade. Uma empresa sem Controlo Operário só pode servir os interesses dos capitalistas.»

— Quanto ao aumento do custo de vida, que lhe parece?

— «A meu ver, o aumento do custo de vida tem sido uma barbaridade, sem nenhuma dúvida. Todas as pessoas sentem isso, mas principalmente as donas de casa, que são as que mais directamente estão em contacto com esta triste realidade. São elas, regra geral, que fazem as compras para a alimentação. E os produtos alimentícios subiram de uma forma assustante.»

— Falámos, então, com Carlos Filipe dos Santos, agente de métodos:

PREVIDÊNCIA E REFORMA AGRÁRIA

— Acha que a Previdência deva ter larga percentagem de trabalhadores?

— «Acho que sim, pois é um caso absolutamente necessário. Se não fossem os trabalhadores a contribuir para a Previdência, esta não poderia existir. Por isso é de maior justiça que sejam eles também a controlar a sua gestão, para que os trabalhadores não sejam enganados. Porque se a Previdência for controlada pelo pa-

lho ficará perdida. E por isso que julgo que todos os interesses dos operários, juntamente com os camponeses e os outros trabalhadores, em defenderem, em unidade, esta conquista fundamental da nossa revolução. A meu ver, a Reforma Agrária é essencial para o futuro do nosso país.»

— Qual lhe parece que seja a missão do «ALAVANCA»?

— «É meu parecer que o «ALAVANCA» é um jornal essencialmente progressista e de unidade entre todos os trabalhadores do nosso país. É um órgão que está ao serviço dos trabalhadores e que informa sobre as lutas que os trabalhadores travam no país. Também creio que a sua leitura torna os trabalhadores mais esclarecidos sobre as conquistas da Revolução, a favor que trabalham, assim como esclarece os trabalhadores sobre as lutas sindicais e outras de grande interesse para todos.»

— Foi a vez de perguntarmos a José Pereira Pedro, serralleiro civil:

— Parece-lhe que a Previdência deva ser gerida pelos trabalhadores?

— «Acho que sim. Será a maneira mais segura de todos puxarem só para um mesmo lado, isto é, para o lado da defesa dos interesses de todos os trabalhadores.»

— Acha que aumentou muito o custo de vida?

— «Aumentou mesmo muito. A vida está cada vez mais cara. Mesmo com os aumentos que tivemos de salários, não compensa, porque os produtos, principalmente os da alimentação, subiram demasiado. Ultimamente, então, as coisas têm subido muitíssimo.»

ENCONTRO NACIONAL DA PREVIDÊNCIA POR UMA PREVIDÊNCIA AO SERVIÇO DOS TRABALHADORES

Conforme temos vindo a noticiar, vai realizar-se nos próximos dias 27 e 28 o Encontro Nacional da Previdência.

Na circunstância, a Intersindical Nacional elaborou vários documentos profusamente distribuídos pelos Sindicatos, nos quais se faz «Análise da Situação Financeira da Previdência», a «Participação dos Trabalhadores na Gestão e Controlo da Previdência» e, ainda, a «Reestruturação» e «Descentralização» desta Instituição.

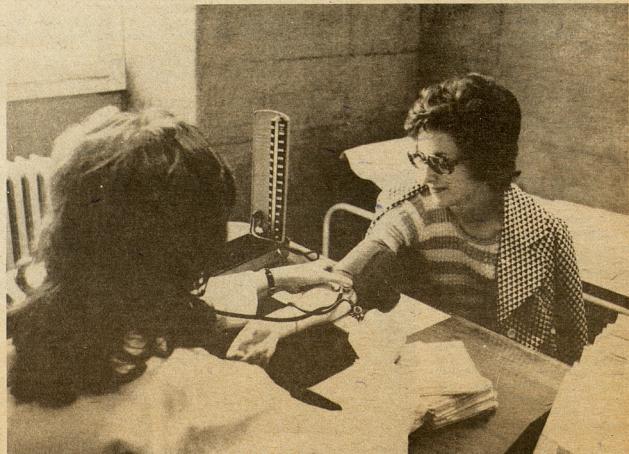
No documento sobre «Análise da Situação Financeira» pode ler-se: «A criação da Previdência, em pleno apogeu do fascismo português, não teve por objectivo, como é óbvio, a defesa dos interesses dos trabalhadores, mas o reforço das posições da classe dominante. De acordo com este facto, a Previdência foi gerida como uma grande empresa capitalista ao serviço da concentração económico-financeira e do fascismo (...). Na execução dessa política de desvio dos dinheiros da Previdência para objectivos que lhes deviam ser estranhos, canalizando-os para servir interesses de classe, diametralmente opostos aos dos trabalhadores, verifica-se que em 1958 apenas cerca de metade das receitas (53,3%) foram distribuídas sob a forma de benefícios ou custearam despesas administrativas da Previdência. A tendência posterior, porém, foi a de se ver diminuída esta escandalosa dispendida, em consequência de factores entre os quais avultam: a resistência dos trabalhadores, justamente indignados por este estado de coisas que se traduzia, na prática pela existência de uma pseudo-Previdência que não conseguia enganar ninguém, enquanto acudiam aos cofres do capitalismo verdadeiros caudais de contribuições; a emigração, que levou para fora do País a parte mais activa da força de trabalho, sendo muitos dos que cá ficavam (as famílias, por exemplo) obrigados a recorrer aos magros benefícios da Previdência; a exclusão nos esquemas da Previdência, a fim de

tentar diminuir as críticas mais clamorosas, de extractos da população que antes eram deixadas à margem do esquema, cuja segurança social ao Estado competia fundamentalmente assegurar.

Nesta linha, a evolução conduziu a que, já em 1973, fossem distribuídas 91% das receitas. Entretanto, já nos anos 70 fora alargada aos rurais a atribuição dos benefícios do regime especial, e o «prejuízo» decorrente desse facto, que se cifrou em 197 mil contos em 1972, veio situar-se em 2196 milhares em 1974. O Estado fascista tentava reduzir certas consequências da emigração e a extrema miséria dos trabalhadores rurais servindo-se dos dinheiros do regime geral da Previdência, quando devia recorrer aos fundos do Estado, uma vez que a tais gastos não correspondia a entrada de contribuições provenientes desse sector. Só a aplicação dos recursos próprios do Estado traduzia uma prática honesta no sentido de acabar com o tratamento discriminatório que atingia e ainda atinge, os trabalhadores rurais, mas bem se sabe que para o fascismo todo o dinheiro era pouco para custear as guerras coloniais e a manutenção do capitalismo.

A partir do 25 de Abril de 74, além dos efeitos das medidas sobre o regime especial, novos factores concorreram para reforçar a tendência deficitária da Previdência, a tal ponto que esta passou a ter prejuízo em 1974 (...).

Para analisar os componentes da evolução, acima sintetizada, de uma situação superavariária para uma



situação de déficite, vejamos os números seguintes, que já possibilitam um certo grau de análise.

Verifica-se que as contribuições aumentaram de 12 para 30 milhões de contos de 1972 para 1976 (previsto), mas importa registar que as dívidas das empresas se cifravam, em Novembro de 1975, em cerca de 6 milhões de contos, segundo números fornecidos pela Estatística dos Serviços Actuais da Previdência, sem que os responsáveis pelo MAS se decidam a tomar quaisquer providências eficazes para obrigarem os patrões a satisfazerem os seus compromissos. A situação é singular: as empresas sabem que se arriscam a paralisar-se não pagarem aos seus fornecedores, mas continuam na situação de só pagarem à Previdência se muito bem o quiserem, sacrificando assim impunemente os direitos, quer imediatos, quer futuros, dos trabalhadores.

Quanto às despesas, destaca-se um aumento de 18 milhões de contos nas pensões de reforma, entre 1972 e 1975, apesar do valor médio das pensões atribuídas (que passou de 810500 para 1650500 em Julho de 74 e para 2000500 em Junho de 1975) estar muito aquém das necessidades dos trabalhadores, o que vem denunciar o nível extremamente baixo das pensões até aqui atribuídas e dos salários que serviram de base para o seu cálculo.

Note-se, também, a tendência dos gastos administrativos para se hipertrofiarem (cresceram 2,6 milhões de contos de 1972 para 1975), o que aponta para a necessidade de desburocratizar a máquina da Previdência como forma, não apenas de lhe conferir uma operacionalidade adequada, mas também de assegurar uma gestão financeira razoável. Outro sector que reclama a nossa atenção, mesmo

numa análise apressada, é o que se exprime através dos encargos elevadíssimos com a Acção Médico-Social e o subsídio por doença, que só por si representam cerca de 34% dos encargos totais, embora no subsídio de doença se incluam os efeitos do desemprego. E sublinhe-se que os 15 milhões de contos que em 1976 são destinados à Acção Médico-Social e ao subsídio por doença não beneficiam fundamentalmente os trabalhadores mas a medicina privada e a indústria farmacêutica, uma e outra eufedadas ao capitalismo, enquanto os trabalhadores portugueses continuam privados de um autêntico Serviço Nacional de Saúde que alguns parecem encantar como um luxo mas é, de facto, uma necessidade urgente e um seu direito fundamental.

Para encerrar esta breve observação dos números constantes do mapa, reafirma-se que o desequilíbrio entre as Receitas e as Despesas foi parcialmente resolvido, em 1975, com a descapitalização de 3,5 milhões de contos de títulos de Estado. Note-se que é de 13 milhões o déficite previsto para 1976.

De tudo isto se conclui que a Previdência não pode, porque é inviável e porque tal resultaria numa gravíssima injustiça social, funcionar como uma Empresa capitalista regida pelo equilíbrio orçamental. Mantê-la nesse espantoso seria renunciar a responder às necessidades do Povo português, o que agradaria às minorias privilegiadas mas é inaceitável pelos trabalhadores, nada interessados em manter uma Previdência de fachada que pagam com o seu suor e de onde apenas colhem benefícios mínimos, num sector em que a acção ou é realmente eficaz, ou é como inexistente. É assim que o Estado deve ser chamado a responsabilidade pela cobertura dos

deficites que resultam da adequação dos benefícios às necessidades reais e da sua extensão a toda a população portuguesa. E ao fazê-lo, não será mais que cumprir uma das suas primeiríssimas obrigações que é a de zelar pela vida e segurança dos portugueses, pois outra coisa não é a acção assistencial e previdencial.

Daquí se infere que o Estatuto da Previdência não é a questão principal, importa menos saber se a Previdência deve ser ou não integrada no Estado do que garantir, através de um adequado esquema de funcionamento e da responsabilidade do mesmo pelos défices da sua acção, a execução de uma verdadeira política de Segurança Social. Aqui, porém, é preciso sublinhar um dado fundamental: a verdadeira

Segurança Social não é possível sem que os trabalhadores controlem a Previdência e participem na sua gestão, tomando parte nas decisões a todos os níveis. A criação de um Instituto de Gestão Financeira da Previdência, com suficiente participação dos trabalhadores, é um dos meios já por estes encarado para dar forma eficaz a essa sua intervenção. Pois só os trabalhadores têm razões bastantes para defenderem os seus interesses, e o virtual poder financeiro da Previdência é um «bolo» demasiado apoloso para que não desperte a cobiça da burguesia.

A intervenção dos trabalhadores é um direito seu, efectivamente reconhecido, depois do 25 de Abril. Tal reconhecimento e a acção prática que ele permite, é uma conquista dos trabalhadores num sector que lhes é literalmente vital, porque tem a ver com as suas condições de vida e as dos seus, agora e no futuro, e é uma conquista importante até para o conjunto da vida portuguesa, pois é fundamental que a reacção não

RUBRICAS

ANOS

	1972	1973	1974	1975+	1976+
Recetas					
Contribuições	12 088	14 977	18 912	24 970	30 450
Rendimentos					
Comparticipações					
Integrações e outros	1 701	1 848	1 996	4 140	3 940
TOTAL	13 789	16 845	20 908	29 110	34 390
DESPESAS					
Reformas e Benefícios Deferidos	3 043	4 296	7 656	12 423	21 288
Doença e maternidade	4 479	6 034	7 988	12 405	14 920
Abono de família sub. compl.	3 271	4 133	4 460	7 160	7 380
Serviço Social	82	101	116	160	160
Administrativos	978	1 387	1 940	2 647	3 530
Des. C/ património e outros	21	24	96	400	400
TOTAL	11 874	15 975	22 256	35 195	47 678
RESULTADOS	+ 1 915	+ 870	- 1 348	- 6 085	- 13 288

possa voltar a servir-se dos dinheiros dos trabalhadores para o usar contra eles.

Estes são, pois, os dados da questão. A palavra e a decisão final competem agora aos trabalhadores.

REESTRUTURAÇÃO

Para a «reestruturação» da Previdência impõe-se:

A primeira das condições que se impõem, neste campo, é a liquidação da actual estrutura desequilibrada e anárquica, com a criação de uma única caixa em cada distrito, que integrará todas as instituições que agora existam na sua área. Trata-se, como se compreende, não apenas de criar serviços unificados para todas as tarefas previdenciais que existam em tais zonas, mas também uniformizar critérios e métodos, conferindo solidez a um sistema que agora encontra largos motivos de embaraço e ineficácia na multiplicidade de normas e tratamentos.

Na verdade, a existência exclusiva de uma caixa em cada distrito é a única providência consentânea com a própria dimensão do País, quer no plano geográfico quer no desenvolvimento, pois só uma estrutura de todo desfasada das realidades poderia ter consentido, em País acanhado e de actividades hipotrofiadas, os mil e tantos organismos e serviços referidos. As caixas distritais que assim se prevêem devem ter, para lá da regulamentação de ordem geral que será comum a todas elas, autonomia suficientemente ampla para poderem dar resposta adequada aos problemas específicos que lhes sejam suscitados pelas características regionais. Assim se encontrará o equilíbrio necessário entre a integração num esquema nacional de previdência e a flexibilidade indispensável a uma acção verdadeiramente eficaz.

Complemento indispensável à existência de tais caixas distritais com a autonomia apontada apontada será o Instituto de Gestão Financeira da Previdência, cujas funções serão, fundamentalmente, o de promover a coordenação gestora das caixas, fazendo operar as compensações de saldos administrativos entre elas e apresentando ao Estado o resultado global líquido decorrente de tais operações. Contando com a presença dos trabalhadores ao nível das decisões, de modo a garantir que a gestão da Previdência sempre se fará no interesse das classes trabalhadoras, ao Instituto competirá reclamar do Estado a cobertura dos eventuais e prováveis saldos globais negativos que são o preço a pagar pela efectiva segurança social da classe operária.

No interior de cada distrito, porém, a tendência maior que se terá consistido no criação da caixa distrital única que assim se preconiza será compensada com a mais larga descentralização, método que deverá assegurar ao nível da eficácia administrativa e uma perfeita adequação às necessidades concretas verificadas a todos os níveis. Tal descentralização obter-se-á realizando, ao nível de cada Empresa, que deverá funcionar como uma autêntica delegação de caixa, em condições de funcionamento que, como se compreende, serão a maior que se terá conseguido, dentro dos limites dos ideais, conhecimento pleno das circunstâncias relativas a cada trabalhador, encontro à escala da empresa de todos os movimentos financeiros respeitantes ao grupo de trabalhadores que deverá encontrar (contribuições, subsídios, etc.), controlo por parte dos trabalhadores de todos os processamentos administrativos que é do seu interesse actual.

Sem se pretender fazer aqui um exame exaustivo das vantagens que

tal processo implicará, nem privilegiar apenas um dos aspectos positivos que dele resulta, sublinha-se o carácter fundamental deste efectivo controlo, por parte dos trabalhadores, de todos os problemas e de todos os movimentos respeitantes à sua posição perante a Previdência. De facto, uma Previdência ao efectivo serviço das massas trabalhadoras não existirá sem que o seu controlo seja confiado aos que nele estão verdadeiramente interessados, e não basta atribuir-lhes de um modo apenas teórico o direito ao exercício desse

mas que uma solução satisfatória para eles, embora seja também óbvio que, embora delas serão melhores que outras. O que de modo nenhum se admite é que o modelo final, a ser implantado finalmente, venha a ser construído sem a participação efectiva e decisiva dos trabalhadores. A Previdência é uma realidade muito importante para qualquer trabalhador: é o seu futuro, a sua segurança mínima e a dos seus; a garantia, custosamente adquirida com o seu suor, de que não será rejeitado, no fim da vida, como a peça gasta de uma máquina fria que

Previdência e debatida a nível nacional nos sindicatos e empresas, aponta para caminhos bem precisos. O controlo pelos trabalhadores do pagamento das contribuições, da concessão das baixas e dos abusos que se verificam, o processamento do abono de família e do subsídio de doença bem como de outros subsídios, a nível da própria fábrica ou empresa, em estreita ligação com as Caixas de Empresa, Actividade ou Distrital vem, não só desburocratizar a Previdência (recuperando os atrasos que ainda se verificam) mas também permite que os

distrital. Deste modo, dar-se-á uma descentralização das funções que actualmente a C. N. P. tem, permitindo na prática que os trabalhadores controlem o gasto do seu dinheiro.

A criação do Instituto de Gestão Financeira da Previdência é um passo decisivo que os trabalhadores terão que dar se quiserem vir a gerir a Previdência ou a Segurança Social. A sua participação efectiva na direcção deste Instituto irá possibilitar finalmente que nem mais um centavo seja gasto para fins que não sejam os da Segurança Social.



controlo mas criar estruturas que de facto o permitam amplamente. A descentralização ao nível de cada empresa é o único realmente eficaz neste sentido, pois sempre será precário um controlo que os trabalhadores devam exercer longe do lugar onde efectivamente vivem e, por outro lado, não está suficientemente controlada a empresa que possa eximir-se de verificação directa a ser feita pelos seus próprios trabalhadores.

A Previdência reestruturada para que aponte um projecto como o que aqui sumariamente se refere terá como objectivo a integração nos seus esquemas da totalidade da população portuguesa. Numa primeira fase, porém, apontará apenas para a cobertura de toda a população activa, desde já se devendo verificar a integração de certos grupos profissionais que, neste momento, estão sujeitos a esquemas totalmente diversos e geralmente ineficazes, com prejuizo para os trabalhadores e acrescido dispêndio de verbas por parte do Estado. É o caso, designadamente, dos funcionários públicos integrados na A.D.S.E., dos trabalhadores dos C.T.T. e dos Telefonos de Lisboa e Porto. Um projecto nacional de Previdência é, de facto, incompatível com regimes parcelares e diferenciados que só podem provocar divisões entre trabalhadores e impedir a adopção das soluções mais justas para a totalidade da classe trabalhadora.

De resto, convém sublinhar, como dado primerríssimo do interesse que os trabalhadores dedicam à Previdência, que se admite, em princípio, que a reestruturação que venha a ser realizada neste País apresente um certo número de desvios justificados em relação ao projecto e neste momento, o dos trabalhadores portugueses. São múltiplos e complexos os problemas da Previdência, é natural que haja

o rejeita. Não pense ninguém neste País, que depois de derrubado um fascismo de meio-século, podemos voltar ao tempo em que tais questões decisivas eram resolvidas sem dar aos trabalhadores oportunidade de se defenderem.

DESCENTRALIZAÇÃO

Depois do 25 de Abril, as C.A.s, perante o imobilismo do Ministério dos Assuntos Sociais, quebraram as amarras e avançaram na prática com soluções tendentes a melhorar as condições de prestação dos Serviços de Previdência e Acção Médico-Social. Apesar destas acções, o Ministério dos Assuntos Sociais continuou a travar estas acções.

No sentido de democratizar a Previdência, os trabalhadores através dos seus representantes nas C.A.s criaram um órgão, reconhecido na lei, que tinha entre outras atribuições a de coordenar a actividade de todas as Instituições de Previdência, apoiar as iniciativas regionais e difundir-las por todas as outras instituições e servir de interlocutor válido junto do Secretário de Estado da Segurança Social, não podendo ser tomadas medidas por este membro do governo sem serem ouvidos o Conselho Coordenador da Previdência ou a sua Comissão Executiva. O resultado da acção do C. C. da Previdência e da sua C. Executiva valeu-lhe a sua extinção pelo actual Secretário de Estado da Segurança Social.

Torna-se pois necessário, agora com maior urgência, assegurar a participação e o controlo dos trabalhadores da gestão, bem como na definição por estes, da Política de Segurança Social. Neste sentido, a proposta de Gestão Democrática aprovada por unanimidade e aclamação no VI Plenário Nacional do Conselho Coordenador da

trabalhadores controlem de perto a sua Previdência.

A criação de delegados para a Previdência, a nível de cada unidade de produção, vai permitir uma ampla participação dos trabalhadores neste domínio e provocar uma ampla descentralização administrativa tornando visível aos olhos dos trabalhadores o funcionamento da Previdência.

Criar-se-ão assim as condições para que da participação dos trabalhadores surjam as soluções correctas para a resolução dos SEUS problemas locais, nunca perdendo de vista o princípio de que a Previdência é igual para todos os trabalhadores.

Por outro lado, muito se poderia avançar na gestão e controlo dos dinheiros da Previdência. Actualmente, os dinheiros descontados pelos trabalhadores são centralizados na Caixa Nacional de Pensões onde a gestão dos dinheiros é feita e distribuído em seguida, de acordo com as necessidades, pelas Caixas; isto é, o dinheiro sai dos trabalhadores e volta aos trabalhadores depois de ter dado uma série de voltas!

TRAB — Empresas — Caixa — C. N. Pensões — Caixa — Empresa — TRAB.

Para evitar todos estes circuitos que não permitem que os trabalhadores controlem convenientemente os seus dinheiros e que atrasam por vezes o pagamento dos subsídios, os trabalhadores devem gerir em cada unidade de produção, os dinheiros das contribuições e benefícios, em estreita ligação com a sua Caixa de Previdência, que coordenaria e faria a gestão a nível distrital. A nível nacional, a gestão dos dinheiros deverá ser levada a efeito pelo Instituto de Gestão Financeira da Previdência que controlará e consolidará a nível nacional a gestão feita pelas diferentes caixas a nível

PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NA PREVIDÊNCIA

A reestruturação da Previdência que abra um novo campo à intervenção dos trabalhadores e racionalize a máquina administrativa é uma necessidade premente. O controlo da Previdência deve permitir as próprias empresas, limitando os gastos administrativos e eliminando circuitos desnecessários, com o processamento e pagamento dos benefícios imediatos. Controlar a Previdência não é o mesmo que caucionar uma política de equilíbrio orçamental e de baixos benefícios ou a sua degradação pelo aumento do custo de vida, ou ainda a manutenção de largos extractos da população trabalhadora na mais completa desprotecção social, como é o caso dos trabalhadores rurais. O controlo da Previdência deve permitir aos trabalhadores uma acção reivindicativa mais justa e mais fundamentada. A participação dos trabalhadores na gestão deve ser entendida, pois, como um aspecto do controlo da Previdência.

Os vogais sindicais ao assumirem uma parte das responsabilidades da gestão no sentido da correcta aplicação do orçamento e do funcionamento da máquina administrativa, fazem-no sem que isso represente de qualquer forma uma «exoneração» da responsabilidade do Estado pelo apoio financeiro às responsabilidades contraídas e às novas necessidades apontadas pelos trabalhadores.

Entre as conquistas alcançadas no campo da Previdência depois do 25 de Abril, o mais importante é sem dúvida o de os trabalhadores poderem influenciar ao mais alto nível a gestão da Previdência e exercer um verdadeiro controlo da instituição em todos os seus aspectos.

Com a dissolução do Conselho Coordenador e da Comissão Executiva, a Previdência está fora do controlo dos trabalhadores. Recentemente foi nomeada uma Comissão Administrativa para a Federação das Caixas de Previdência sem que qualquer representante dos trabalhadores dela faça parte.

A alegação de que a Previdência no Estado é uma pretensa novidade, no que respeita aos poderes do Estado sobre a poupança dos trabalhadores. Eles foram absolutos até ao 25 de Abril. E, nessas condições, a integração resumir-se-á a uma questão técnica por dizer respeito, quando muito, ao financiamento e não ao controlo.

O que os trabalhadores não podem aceitar é que a Previdência volte ao 24 de Abril, a pretexto de se resolverem os seus problemas financeiros.

O controlo dos trabalhadores sobre a Previdência é uma conquista irreversível e essa é no fundo a questão principal, e não a estatzização.

agrária

TRABALHADORES AGRÍCOLAS REÚNEM-SE COM LOPES CARDOSO

A reunião que se efectuou no passado dia 18, por iniciativa do Primeiro-Ministro, no Ministério da Agricultura e Pescas, estiveram presentes, além do próprio Ministro, Eng.º Lopes Cardoso, Representantes dos Sindicatos dos Operários Agrícolas de Santarém, Évora, Beja, Portalegre e Setúbal; os governadores civis dos mesmos Distritos, bem como o de Castelo Branco, que se fez representar pelo Director do Centro Regional de Reforma Agrária da zona; os directores dos Centros Regionais de Reforma Agrária dos mesmos Distritos (e ainda o representante de Faro); representantes das Regiões Militares de Lisboa e do Sul; vários militares em representação da GNR, da Escola Prática de Cavalaria de Santarém e do Regimento de Infantaria de Setúbal; ainda os Eng.ºs Lince de Oliveira e Espada, respectivamente, Chefe de Gabinete e Secretário de Lopes Cardoso e um representante do Primeiro-Ministro.

Enquanto decorreu a reunião, um reduzido grupo de pessoas manifestou-se em frente das instalações do Ministério. Ai distribuíram um comunicado firmado pela delegação da CAP, de Beja.

Entre os manifestantes (cerca de duas centenas) foram detectados José Casqueiro, dirigente da CAP, José Rodrigues, José Pacheco e José Lamprea, grandes agrários de Beja, bem como o agrário e rendeiro de Ferrão do Alentejo, de nome Raposo.

Para uma manifestação de seareiros de Coruche, não estavam mal...

A REUNIÃO VISTA POR DENTRO

No início deste encontro, que durou cerca de 6 horas, o Eng.º Lopes Cardoso fez uma pequena introdução para dar a conhecer aos presentes a ordem de trabalhos e o facto de a reunião ter sido da iniciativa do Primeiro-Ministro.

Além do problema que motivou esta reunião e que dizia respeito à devolução de terras aos seareiros, que estivessem ilegalmente ocupadas, várias outras questões de fundo, relativas à Reforma Agrária, foram abordadas, sucessivamente, pelos Directores dos CRRAs, pelos representantes dos governadores civis, e dos Sindicatos.

Duma maneira geral, todos os directores dos CRRAs se manifestaram contra a falta de meios técnicos e humanos de que se ressentem os Centros.

Consideraram, igualmente, que o problema respeitante aos

seareiros que trabalham directamente a terra, se encontrava praticamente resolvido; as dificuldades maiores estavam a ser levantadas por aqueles que possuem outros meios de subsistência e/ou grandes áreas de terreno, o que provocará, inevitavelmente, uma situação de exploração do trabalho de outros operários agrícolas.



O director do CRRa de Castelo Branco referiu, ainda, que, naquele distrito, se desconhece, por não estar marcada, a zona abrangida pela lei da expropriação. Por esse motivo, não se tem feito as necessárias sessões de esclarecimento sobre a Lei da Reforma Agrária.

Em Évora levantam-se problemas com os rendeiros, pois as terras que lhes são distribuídas não se encontram cultivadas. Pretendem os mesmos que o Ministério lhes conceda um



crédito especial, para o efeito, sem necessidade de reembolso, caso contrário não aceitarão essas terras.

O Centro de Portalegre pretende que o Ministério lhes forneça as directrizes necessárias para se regularizar toda a contabilidade entre os Centros e as Unidades Colectivas de Produção.

Criticaram os meios utilizados pela Comissão de Análise do Ministério da Agricultura e Pescas que, afirmam, só ouve uma das partes interessadas no processo (não os trabalhadores).

OS TÉCNICOS DOS CRRAs NÃO SÃO COMPETENTES

Das intervenções dos representantes dos governadores vivos, resalta, em quase todas elas, o consenso de que os técnicos (em grande número) dos CRRAs não são competentes, pelo que (e não só) os trabalha-

dores com os seareiros, pois terão sido eles os primeiros a avançar na criação de Unidades Colectivas de Produção.

Em Beja, reconhece-se que os trabalhadores alcançaram grandes conquistas e que labutam duramente para as manter, que se vive ainda numa estrutura capitalista e que, se as coisas correm mal, o único responsável é o Governo, pois é o primeiro a não cumprir as leis que elabora; que o Ministro Lopes Cardoso, se quer efectivamente resolver os problemas que se põem à Reforma Agrária, terá de dialogar com as pessoas neles envolvidas.

Para Setúbal, uma coisa é certa: os trabalhadores não têm confiança nos técnicos do Centro Regional de Reforma Agrária.

Coubé, então, a vez aos representantes dos Sindicatos dos Operários Agrícolas de exporem os problemas sentidos pelos trabalhadores, que representam.

Todos se manifestaram contra a actuação de grande parte dos técnicos dos CRRAs, empenhados em manter posições partidárias, descurando os problemas inerentes ao avanço da Reforma Agrária, prejudicando, seriamente, o seu progresso.

A COMISSÃO DE ANÁLISE SÓ OUVE OS AGRÁRIOS

Os dirigentes sindicais condenaram vivamente a actuação da Comissão de Análise, que consideram incorrecta pois se baseia apenas no que dizem os grandes agrários, sem curar de ouvir os trabalhadores.

Concordam que, relativamente à contabilidade, o Ministério deverá ter controlo sobre as contas, mas que aquela seja feita directamente nas Unidades Colectivas.

Estranham o facto de apenas se pretenderem controlar as contas das Unidades Colectivas de Produção e que o mesmo não seja feita para todas as empresas que estão a beneficiar do Crédito Agrícola de Emergência.

O Sindicato dos Operários Agrícolas de Beja afirmou, penitentemente, que naquele Distrito não há terras ocupadas

legalmente, isto é, com menos de 50 mil pontos.

No Distrito de Évora existem muitas herdades que, embora abrangidas pela lei das expropriações, continuam na posse de grandes agrários e incultas.

De salientar a intervenção dos Dirigentes do Sindicato dos Operários Agrícolas de Santarém, que apontaram a solução para o problema dos seareiros, naquele Distrito, que se resolveria facilmente se se distribuissem pelas seareiros os 1900 hectares que correspondem à área nacionalizada, mas por expropriar, abrangida pelo perímetro de rega do Vale do Sorraia.

LOPES CARDOSO NÃO SATISFEZ TRABALHADORES

Por fim, Lopes Cardoso respondeu a muito poucos dos problemas levantados e, conforme opinião dos representantes dos Sindicatos, nada satisfatoriamente.

No caso específico dos seareiros, os trabalhadores e os Sindicatos sempre consideraram justo que se entregassem terras aos seareiros, mas as que ainda não foram expropriadas, embora abrangidas pela lei das expropriações.

Será, por exemplo, o caso dos 1900 hectares do Vale do Sorraia, e os 100 mil hectares, por expropriar, no Distrito de Évora.

Disseram também ao Ministro Lopes Cardoso que nas freguesias onde não houver terra nessas condições, então as Cooperativas cedê-las-iam de boa vontade.

Os Sindicatos não vão consentir que as terras sejam tiradas aos trabalhadores das Unidades Colectivas de Produção ou das Cooperativas.

Iráo, sim, esclarecer os rendeiros e os seareiros de que estão a ser enganados e manipulados (por exemplo, pela CAP) e que as posições assumidas pelos Sindicatos dos Operários Agrícolas são justas.

Será caso para dizer que, da parte do Ministério, nesta reunião, terá havido muita parra... mas pouca uva!

A VERDADE SOBRE OS ACONTECIMENTOS DE CORUCHE

Graves acontecimentos, que põem em risco todas as conquistas dos trabalhadores agrícolas, pequenos agricultores e seareiros, se passaram no distrito de Santarém.

Na passada terça-feira, dia 9, quando a delegação do Centro Regional da Reforma Agrária, em Coruche, preparava todo um programa de entrega de terras, aos seareiros da zona, aqueles que verdadeiramente trabalham, um grupo de grandes rendeiros, que não querem perder os seus lucros no final da campanha do tomate ou do arroz, nem deixar de beber a sua cerveja fresca, enquanto assalariados trabalham por sua conta, agrupou-se junto à sede da delegação do CRA, de Coruche, provocando um membro da Direcção Sindical do Sindicato dos Operários Agrícolas que, acompanhado de alguns delegados sindicais, se tinha deslocado ao Centro para resolver problemas de trabalhadores desempregados e despedidos. O carro onde se deslocavam esses representantes do sindicato foi cercado, atacado a pedrada e a paulada e tiros foram disparados sobre um pneu do carro, desistindo apenas de atirar porque entretanto o carro foi cercado por elementos do mesmo grupo.

No mesmo dia, trabalhadores agrícolas reunidos na Herdade os FIDALGOS, após lhe ter sido prometida a entrega da terra pelo responsável do Centro de Coruche, LEIRIA PINTO, foram agredidos e obrigados a fugir, bem como o Delegado Sindical da zona que os acompanhava na reunião.

Nesse mesmo dia, à tarde, grupos de provocadores, estranhos aos trabalhadores agrícolas que tinham marcado uma reunião para a Herdade da AMIEIRA, já nacionalizada, circularam na zona em automóveis e motorizadas, impedindo a reunião.

No dia 10, agrários, comerciantes e arruaceiros invadiram a Herdade das FIGUEIRAS, em Foros de Salvaterra de Magos, também já nacionalizada e que tinha sido entregue, por decisão da Direcção do Centro, a 41 seareiros que foram impedidos de tomarem posse da terra.

No dia 11, cerca das 9 horas da manhã, os mesmos provocadores, agrários conhecidos e seus lacaios como:

VICENTE JOAO FARIA —

comerciante e grande rendeiro, abrangido pela Lei da Reforma Agrária;

MANUEL DO TALHO — talhante, CARVALHO — lacaio do grande agrário TEIXEIRA.

DOMINGOS LEITÃO, ROGERIO LEITÃO e filhos — lacaios do agr. TEIXEIRA.

MANUEL FILIPE — taberneiro e grande rendeiro, abrangido pela Lei da Reforma Agrária.

MARIA DO CASTELO BARATA — grande agrária, abrangida pela Lei da R.A., que ameaçou de arma em punho delegados sindicais e que não paga salários aos trabalhadores há seis semanas.

MARIA DE FATIMA PATRICIO — mulher do 2.º sargento dos COMANDOS, LUIS PATRICIO, voluntário para o ex-AMI.

FERNANDO VAN-ZELLER PALHA — grande agrário e rendeiro, abrangido pela Lei da Reforma Agrária

ENG. LUIS AGOSTINHO DIAS — grande agrário, abrangido pela Lei R.A. e com salários em atraso a vários trabalhadores há 6 semanas.

ANTONIO JOAQUIM CAÇADOR — grande rendeiro abrangido pela Lei R.A.

JOAQUIM GRIFO — grande rendeiro abrangido pela Lei da R.A.

EMITERIO LINO e FILHOS — grandes rendeiros, abrangidos pela Lei da R.A., motorista do Dr. PRATES RIBEIRO TELLES.

O filho de ARTUR LOPESTES BRANCO — grande agrário, abrangido pela Lei da Reforma Agrária.

FRANCISCO PEREIRA CECILIO e FILHO — industrial e grande rendeiro abrangido pela Lei da R.A.

FLORENCIO TALHANTE — talhante. Um dos irmãos MAIA — negociante de gado.

JOAQUIM DA SILVA DIAS e filho, VICTOR DIAS — grande rendeiro abrangido pela Lei R.A.

RUI DA COSTA MENDES — ex-grande rendeiro.

DR. ANTONIO HENRIQUES DA SILVA — abrangido pela Lei da R.A. e com salários atrasados de trabalhadores há 4 semanas.

concentram-se junto à Delegação do Centro em Coruche, tomam conta das instalações, impedem a entrada de todos os funcionários e relem-nos junto à entrada, não os deixando afastar-se.

A tensão cresce, os funcionários são ameaçados e

exnovalhados, afirmando os ocupantes «que recebem ordens da CAP e só deixarão o cerco quando forem satisfeitas as suas propostas ao MINISTRO LOPES CARDOSO». Às duas da tarde os funcionários ameaçados conseguem retirar-se sob ameaças de que iriam fechá-los dentro do CENTRO e REGAR TUDO COM GASOLINA!!

Entretanto, alguns funcionários dessa mesma Delegação do Centro passeiam entre os ocupantes sem serem molestados — o NUNES, o JOAQUIM SERRÃO e o COELHO; e, enquanto tudo isso se passa, os responsáveis do Centro em SANTARÉM, Director GOMES DA SILVA e Sub-director FRAZÃO, e em CORUCHE, LEIRIA PINTO, ausentam-se da zona e nem sequer comunicam com os funcionários ameaçados e insultados!!!

É ISTO A DEMOCRACIA?

Quão não serão esses indivíduos, agrários, negociantes de gado e comerciantes que perderam os seus privilégios, verdadeiros criminosos que insultam, sequestram, atacam pessoas desarmadas, a tiro e a pedrada?

E não serão esses os mesmos que põem bombas e ameaçam de guerra civil?



Quando funcionários do Estado, são impedidos de entrar no seu local de trabalho por indivíduos com emblemas da CAP na lapela, dizendo-lhes que são ordens da CAP, onde poderemos chegar?

ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES AVANÇA NO NORTE

Esquecidos desde sempre e continuando a sê-lo mesmo quase dois anos após o movimento libertador de 25 de Abril de 1974, os assalariados agrícolas do norte mobilizam-se para a criação de sindicatos distritais que os unam e os defendam.

Assim, depois da criação do sindicato dos trabalhadores agrícolas do distrito do Porto, os trabalhadores rurais de outros distritos avançam no mesmo processo.

Razão porque, no passado sábado, dia 20, se realizou na Régua uma reunião com a presença de rurais do distrito de Vila Real e Viseu, e, domingo, dia 21, uma outra reunião em Braga.

Nessas duas reuniões, estiveram presentes, além de representantes das respectivas uniões de sindicatos distritais, elementos da união dos sindicatos do Porto e do sindicato dos trabalhadores agrícolas do distrito do Porto.

Em ambas as reuniões, além do debate sobre problemas da classe, e sobre o processo de se avançar para a criação dos respectivos sindicatos distritais, foi resolvido:

1. Apoiar a luta iniciada pelo sindicato dos trabalhadores agrícolas do distrito do Porto, por legislação que proíba os despedimentos sem justa causa, arma que está a ser usada pelos patrões para lançar o medo e a divisão entre os assalariados agrícolas.

2. Saudar os trabalhadores bancários do norte, por em Assembleia terem oferecido cerca de 545 contos para "auxiliar a criação e reforço de

sindicatos de trabalhadores agrícolas do distrito do Porto, por legislação que proíba os despedimentos sem justa causa e sem indemnização.

TRABALHADORES AGRÍCOLAS DO PORTO CONTRA DESPEDITOS

Os trabalhadores agrícolas do distrito do Porto, através da Comissão Directiva do seu Sindicato, dirigiram uma carta ao Presidente da República e ao Primeiro-Ministro. Eis o teor da mesma:

Os assalariados agrícolas continuam aprensivos pelo silêncio com que foi acolhida a Moção aprovada na sua Assembleia de 8 de Fevereiro passado (transmitida a V. Ex.ª e outros órgãos do Poder), quanto à justa lei, proibindo o despedimento sem justa causa e sem indemnização.

A apreensão cresce quando esse mesmo silêncio se mantém quanto ao nosso pedido de audiência, com V. Ex.ª, para os próximos dias 13 ou 14, pedido esse comunicado por telex e confirmado, em ofício, por correio (telex do passado dia 4).

Certamente que sabemos existirem graves problemas nacionais a merecer a atenção de

ação social especial atenção para a situação do assalariado agrícola, classe que não possui qualquer legislação de trabalho.

5. De todas essas resoluções dar conhecimento aos órgãos do poder e da comunicação social e aos sindicatos e trabalhadores solidários.

V. Ex.ª mas, de qualquer modo, perguntas: Como pode o nosso sector sentir a libertação do 25 de Abril, se nada foi feito para sermos descolonizados?

Que fizeram os sucessivos Governos Provisórios para aliviarem, um pouco que fosse, as duras condições em que vivemos e trabalhamos?

Será que se pensa que é suficiente afirmar que o sector agrícola foi o único a aumentar a produtividade?

Excelência: Hoje mesmo recebemos a informação de que mais dois assalariados foram despedidos dos seus trabalhos pela simples razão de que o patrão soube que estavam inscritos no nosso Sindicato...

Aguardando ainda a justa resposta, subscrevemo-nos, respeitosamente, com saudações sindicais.



UM TRACTOR PARA A COOPERATIVA 1.º DE MAIO



Quis o acaso que «ALAVANCA» fosse encontrar, num destes dias, na União dos Sindicatos de Setúbal, um grupo de trabalhadores do ARSENAL DO ALFEITE. Esse grupo, composto dos camaradas Emílio Parreira Júnior, Manuel Vicente, Rogério Martins de Melo e Joaquim Pinto Malta, operários, e Sérgio Martins Ribeiro, desenhador, está em ligação directa com a Comissão de Trabalhadores do Arsenal do Alfeite. E veio a Setúbal afim de ultimar os problemas relacionados com a entrega de 1 tractor à «Cooperativa Boa Lembrança», de Cercial do Alentejo. Tractor comprado com o esforço desses trabalhadores.

UMA FELIZ INICIATIVA

— Como nasceu a ideia da compra e oferta do tractor?
 — Isso teve origem numa proposta apresentada por um dos nossos camaradas, Francisco Sengo, à Comissão de Trabalhadores, a qual a levou a um Plenário, para apreciação de todos os trabalhadores do Arsenal do Alfeite. E essa proposta foi aprovada por unanimidade. Porém, para se poder levar essa ideia à prática, houve logo desde o início muitas dificuldades. Era muito difícil conseguir-se uma tão elevada verba para poder-se concretizar essa excelente ideia, que era a compra de um tractor, para se oferecer a uma cooperativa de camponeses. Primeiro, a Comissão de Trabalhadores tinha proposto, nesse Plenário, que se fizesse um desconto nos salários dos trabalhadores, de 1/2% (meio por cento) como uma via para se conseguirem esses fundos necessários. Esse problema foi depois para discussão às bases das COS (Comissões Officiais e Serviços), onde essa proposta foi rejeitada. Finalmente decidiu-se que cada trabalhador contribuisse com o que entendesse. Isto passou-se em Junho de 1975. As dificuldades a vencer continuaram a ser muitas. Mas, só na primeira fase, conseguiu-se cerca de 80 mil escudos, dinheiro este de contribuições retiradas dos salários do mês.

— Falaram em primeira fase. Houve outras, portanto?

— Houve, pois. Houve mais duas. A segunda fase dessa recolha de fundos deu-se por alturas do subsídio de férias, também de contribuições voluntárias, cerca de 60 mil escudos. Mas como essa Comissão de Trabalhadores terminava o seu mandato no fim desse ano, ela queria deixar esta tarefa mais ou menos arrumada. Nessa altura verificou-se que o dinheiro já arrecadado

não chegava ainda para a compra do tractor. Porque o tractor que se pretendia comprar, segundo a opinião generalizada, teria de ser adaptado aos terrenos do Alentejo. Não se pretendia oferecer um tractor de fraca potência. Sabia-se que era preciso reforçar e defender a Reforma Agrária e que, por consequência era preciso oferecer um tractor que fosse mesmo bom para essas terras. Algumas marcas de tractores foram consultadas. Finalmente, optou-se pela marca UTB Fiat Romeno, muito embora fosse mais dispendioso.



UM TRACTOR UTB FIAT ROMENO

— Naturalmente, houve nova fase...

— Pois houve. Arrancou-se para a terceira fase, que teve lugar durante o pagamento aos operários dos retroactivos, que o pessoal tinha ainda a receber. Neste último período, conseguiram-se donativos de cerca de 105 mil escudos.

Comprou-se, então, esse tractor UTB Romeno. E como sobrasse dinheiro, compraram-se também 2 alfaias, 1 charrua de dois ferros e 1 grade de discos.

Estas compras de material agrícola só foram feitas sob conselho, isto é, sob orientação de técnicos sobre os problemas da terra.

— Qual foi o critério seguido para a escolha da Cooperativa a quem iriam oferecer o tractor?

— Tudo foi feito com a intenção de oferecê-lo a uma Cooperativa que mais carecesse desse material agrícola. Durante os meses que mediaram entre o momento da ideia/iniciativa, até ao dia da decisão final, procurou-se saber, através da CRARA, qual era a Cooperativa mais necessitada, nesse momento, partindo do princípio que a iniciativa da compra do tractor se destinava ao Alentejo, através de discussões entre os trabalhadores do Arsenal do Alfeite. Chegou-se à conclusão que seria melhor para o Alentejo, para a Reforma Agrária, e daí o rigor com que se teve que escolher esse tractor.

A Comissão de Trabalhadores

Cooperativa se têm debatido e se debatem ainda. Ficámos cientes, pelo que nos foi dado observar, que era de confirmar a sugestão dessa escolha. Porque essa Cooperativa é muito pobre e tem toda a necessidade de apoio. Isto não quer dizer que outras Cooperativas não possam estar em condições semelhantes. Só o que queremos dizer é que não houve qualquer premeditação intenção preferencial.

TANTAS DIFICULDADES!

— O amigo Raposo é que pode acrescentar mais alguma coisa.

— Bem, a escolha da Cooperativa pareceu-me a mais justa. Porque a «Boa Lembrança» é uma cooperativa que tem necessidade de muita coisa. Neste momento, ela tem apenas uma pequena seara de cevada, 6 vacas, 4 porcos, animais comprados pelos próprios trabalhadores dessa cooperativas. De salientar

que carecem para sua alimentação e, desta forma, se possa ainda melhor servir a grande conquista da nossa revolução, que é a Reforma Agrária.

SOLIDARIEDADE

Com esta grande prova de solidariedade que os camaradas operários do Arsenal do Alfeite estão a dar-nos, sentimos mais força para a luta. Isto dá-nos a certeza de que não estamos sós e de que a Reforma Agrária prosseguirá, a reforçar-se mais e mais e que será a grande e a mais bela realidade no nosso país.

Está marcada para o próximo domingo, 28 do corrente mês, a entrega oficial desse tractor, comprado com as verbas entregues voluntariamente pelos operários, pelos trabalhadores do Arsenal do Alfeite, aos camponeses que labutam duramente, desde há bastos meses, e que formam a Cooperativa «Boa Lembrança», de Cercial do Alentejo.

O programa desta festiva jornada de solidariedade está a ser devidamente preparado, de forma a poder prestar ao grande acontecimento o realce que ele merece. É um acto de grande sentido solidário, de trabalhadores da indústria para trabalhadores do campo, é que é sempre necessário realçar, para o que isso representa num país como o nosso, em revolução democrática, a caminho do Socialismo.

A partida desta festiva e solidária caravana está marcada para Setúbal e para ela se solicita a participação do maior número possível de camaradas trabalhadores que queiram, com a sua presença, dar a este acto de grande solidariedade operária o realce que ele merece.

ESTE EXEMPLO DOS CAMARADAS TRABALHADORES DO ARSENAL DO ALFEITE É DIGNO DE SER SEGUIDO POR OUTROS TRABALHADORES. ESPECIALMENTE POR ESSES QUE LABORAM NAS GRANDES EMPRESAS DO NOSSO PAÍS.

o facto desses trabalhadores terem estado mais de 6 meses sem receberem salário! E, num caso extremo, tiveram de vender, do pouco azeite que tinham, 10 litros, para poderem comer. Além disso, valeram-se de 100 francos que o filho de um desses trabalhadores tinham mandado ao pai, com esse destino.

Estas e outras dificuldades são as de quase todos os trabalhadores que estão nos campos de Portugal sujeitando-se aos maiores sacrifícios, para que a terra portuguesa possa produzir para todos os seus filhos o alimento de



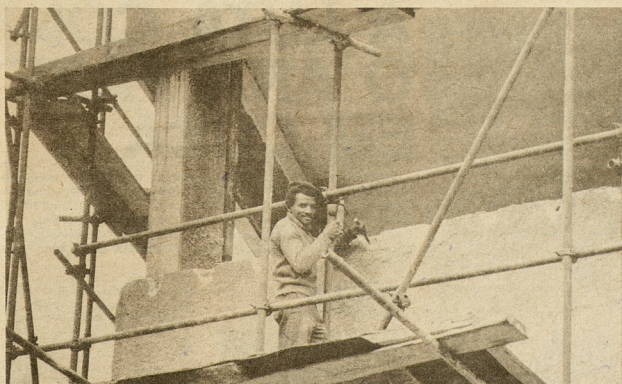
SEM LIBERDADES NÃO HÁ DEMOCRACIA

— Em reunião de dirigentes de sindicatos ligados à construção civil, realizada no domingo, 14 de Março, ficou decidido promover sessões de esclarecimento com os trabalhadores do sector, tratando de problemas relacionados com o CCT Vertical e de formas de luta a adoptar pelos trabalhadores para a sua conquista.

— Assim, dando cumprimento ao estabelecido na referida reunião, deslocaram-se a Bragança 2 elementos do Sindicato dos Escultores, Trochas e Pintores do Distrito do Porto: Francisco Ferreira, Presidente do Sindicato e José Barbosa, também dirigente, tendo o primeiro, partido do Porto na terça-feira e o Barbosa na quarta-feira.

— Na quarta-feira, em Bragança, nas instalações do sindicato da Construção Civil daquele distrito, Francisco Ferreira orientou a primeira sessão de esclarecimento, na presença de cerca de 100 operários, tendo a mesma decorrido sem qualquer incidente e dentro da melhor ordem.

— No dia seguinte, quinta-feira, por volta das 22 horas, dá-se início, nas instalações do mesmo sindicato, à segunda sessão de esclarecimento, desta vez com a presença de mais de 200 trabalhadores da construção civil e orientada pelos dirigentes Francisco Ferreira e José Barbosa. Tal como a primeira sessão, também esta decorreu sem problemas, com participação activa dos trabalhadores presentes que fizeram sentir o grau de exploração que são vítimas, e as poucas hipóteses que têm de se



defender das arbitrariedades patronais;

— No fim da sessão, por volta das 23.30 horas, quando os dirigentes acompanhados de alguns trabalhadores se dirigiam para a pensão onde pretendiam passar a noite, foram interceptados por um grupo de 50 indivíduos, que foram reconhecidos pelos dirigentes sindicais como sendo patrões da construção civil, filhos de patrões, doutores e engenheiros, e como é quase inevitável, alguns populares manobrados pelos caciques locais. Registe-se a presença, entre os provocadores, de um conhecido empreiteiro apelidado «Espanhol», e de facto de nacionalidade espanhola. A «abordagem» dos dirigentes sindicais foi feita por tentativa de

atropelamento por um automóvel de um dos indivíduos, que serviu de pretexto para o cerco dos dirigentes pelo grupo de provocadores;

— O camarada Veloso, da direcção do Sindicato da Construção Civil do distrito de Bragança, alvo da tentativa de atropelamento, foi a seguir cercado pelos reacionários que o pontapearam, soquearam e agrediram barbaramente, deixando-o num estado lastimável. Apellido de outras pessoas que começaram a concentrar-se em volta do local em que se encontravam. De referir, a propósito, que o Sindicato dos Escultores Trochas e Pintores não está filiado na INTERSINDICAL...

— Entre gritos de «morte aos comunistas», e outros «mimos menos próprios, os provocadores diziam ainda querer «acabar com todos os sindicatos do país».

Entretanto, os restantes dirigentes sindicais conseguiram chegar à pensão, tendo sido impedidos de subirem para os respectivos quartos pelo grupo que entretanto tinha invadido as instalações da pensão. Obrigados a identificarem-se pelos provocadores, que perguntaram «o que vinham ali fazer», e que «Bragança era só deles e de mais ninguém», os dirigentes sindicais viram-se obrigados a responderem às perguntas dos fascistas, o que de qualquer modo não os satisfaz. Alguns dirigentes ficaram privados de documentos e até do dinheiro que levavam consigo;

— Por volta das 0.30 horas da madrugada, o dono da pensão chamou a PSP, informando-a que não tinha qualquer queixa a fazer dos seus hóspedes. As 0.45 horas, chegaram ao local alguns elementos da PSP, que, depois de identificar os dirigentes sindicais, rapidamente se aperceberam das reais intenções dos provocadores;

gada a fazer sair uma viatura para despistar os perseguidores, deixando mais tarde a 49 km da cidade os dirigentes dos Escultores, Trochas e Pintores que foram finalmente transportados de táxi para o Porto, onde chegaram às 10 horas da manhã do dia 19, sexta-feira.

LIBERDADES SÃO LETRA MORTA

Em conferência de Imprensa na sede do Sindicato dos Escultores, Trochas e Pintores do distrito do Porto, e a propósito dos acontecimentos em Bragança, foi referido:

«As liberdades sindicais (e outras), não estão garantidas na prática em zonas do país, como acontece em Bragança, estando os trabalhadores à mercê da exploração que sobre eles se abate, como é caso flagrante o dos trabalhadores da construção civil do distrito referido».

E ainda: «Os inimigos dos sindicatos, e os acontecimentos de Bragança provaram-nos uma vez mais. O grupo de provocadores era composto por patrões do sector, empreiteiros, doutores e comerciantes ligados de qualquer forma a quemos ramos de actividade, e, mais que certo, por elementos de organizações fascistas como o ELP e o MDLP, que agem às escárneas em certas zonas do país».

Ainda a propósito do ocorrido em Bragança, a USP/INTERSINDICAL enviou aos órgãos de comunicação um comunicado, onde diz a certa altura:

«Em Bragança, a exemplo de outras zonas, não existem quaisquer liberdades, incluindo as sindicais. Os trabalhadores estão à mercê dos exploradores, e têm grandes dificuldades em desenvolverem uma luta organizada nos seus sindicatos».

E a terminar, os sindicatos, o Movimento Sindical, exigem o castigo exemplar dos terroristas e provocadores, e a garantia do exercício de todas as liberdades democráticas alcançadas em 25 de Abril.»



Corte e enviar a ALAVANCA

Corte e enviar a ALAVANCA

SEMANÁRIO DA INTERSINDICAL

R. Vitor Cordon, 1, 2.º — LISBOA

BOLETIM DE ASSINATURA

Modalidade de Assinatura: 6 meses (85\$000)
 12 meses (165\$000)
 (Riscar o que não interessa)

Nome

Morada

Profissão

Local de cobrança

O pagamento pode ser feito em cheque ou vale postal dirigido a «ALAVANCA»



solidariedade internacional solidariedade internacional

INTERSINDICAL NA CONF. GERAL DA CONFEDERAÇÃO DOS SINDICATOS ÁRABES

«É com imensa alegria que a Intersindical Portuguesa se faz representar, pela primeira vez, numa Conferência Geral da Confederação dos Sindicatos Árabes, sendo este facto só por si digno do maior realce».

Palavras do camarada Álvaro Rana na VI Conferência Geral da Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes — CISA —, que começou no dia 24 e se prolonga até ao dia 28.

Após salientar, que o derube do fascismo em Portugal permitiu «a organização livre dos trabalhadores com a consequente possibilidade do reforço dos laços de cooperação e amizade com os trabalhadores de todo o mundo», Álvaro Rana prosseguiu: «Dentro desta perspectiva, a Intersindical Portuguesa sempre considerou do mais vivo interesse as suas relações de amizade com os movimentos sindicais do mundo árabe com vista ao fortalecimento mútuo das realidades socio-políticas dos nossos países e a troca de experiências que certamente contribuirão para o reforço dos laços que unem os trabalhadores portugueses com os trabalhadores árabes, sem falar nos aspectos concretos que unem os nossos povos na luta contra o imperialismo. Foi pois com grande alegria que recebemos o vosso convite, já que estamos certos que das conclusões desta Conferência resultará o reforço da unidade do Movimento Sindical Árabe tão necessária para enfrentar o inimigo comum dos nossos povos: o imperialismo e o capitalismo internacional».

Depois de salientar que «a luta anti-imperialista só pode ser vitoriosa se existir unidade e se, a cada manobra demagógica do imperialismo e das forças ao seu serviço, existir uma barreira de unidade que impeça por todos os meios e em todas as ocasiões a divisão ou o afastamento dos objectivos que são a nossa luta comum», manifestou o apoio efectivo da Intersindical Nacional «ao povo palestino e a sua vanguarda revolucionária a OLP» ao «heróico povo angolano, a sua vanguarda revolucionária

— MPLA — e a sua Central Única — a União Nacional dos Trabalhadores de Angola» e ainda a todos os povos (Camboja, Laos, Vietname, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde, S. Tomé e Príncipe) que derrotaram as manobras do imperialismo, e também, aqueles que lutam, ainda, contra o fascismo e o imperialismo.

— fim disse: —

«Camaradas: também o povo português, neste momento, se debate contra todas as tentativas de ingerência das forças capitalistas nacionais e internacionais apoiadas no imperialismo e nas forças políticas que pela sua acção concreta servem os interesses e os desígnios do capitalismo internacional.

Tal como no passado os trabalhadores portugueses unidos e apoiados na solidariedade das forças progressistas, continuando a responder com firmeza aos seus adversários de classe com o fim de consolidar as conquistas revolucionárias do 25 de Abril e construir uma sociedade sem qualquer forma de exploração. A luta do povo português e a luta do povo árabe é comum! Nesta perspectiva, quierdos camaradas, desejamos os melhores sucessos nos trabalhos da nossa conferência, certos que dela serão bem defendidos os interesses dos trabalhadores que representais!».

«Viva a 6.ª Conferência Geral da Confederação Internacional dos Sindicatos Árabes! Viva a Unidade do Mundo Árabe! Viva a Amizade entre os Trabalhadores Portugueses e os Trabalhadores Árabes! Viva o Internacionalismo Proletário!».

A LUTA CONTRA O ANALFABETISMO EM CUBA

«Nenhum momento mais solene e emocionante; nenhum instante de maior júbilo, nenhum minuto de legítimo orgulho e glória como este, em que quatro séculos e meio de ignorância, foram derrubados», este um passo do discurso proferido por Fidel Castro a 22 de Dezembro de 1961, na Praça da Revolução, para informar o Povo Cubano sobre o resultado da Campanha de Alfabetização.

CUBA REVOLUCION



Seis anos antes do triunfo da Revolução existia em Cuba mais de meio milhão de crianças sem escola, o que correspondia a uma ausência escolar de 44%. Por outro lado, no campo, em 1953, 385394 crianças dos 6 aos 14 anos não tinham possibilidades de frequentar a escola, já porque estas eram escassas relativamente ao número de alunos existentes, mas também porque era com a falta de cultura que o governo jogava para poder continuar a manipular a população cubana.

Após o início da Revolução Cubana, num espaço de tempo de 20 meses, o Governo Revolucionário criou 10000 novas escolas, 25000 casas nas zonas rurais e urbanas; 50 novas aldeias. Pouco tempo depois, os cubanos iniciavam a Campanha de Alfabetização.

O QUE SABE MAIS DEVE ENSINAR O QUE SABE MENOS

Sob as palavras de ordem: «O que sabe mais deve ensinar o que sabe menos» e «Se no povo estão os analfabetos, estão também os alfabetizadores», toda a população de Cuba foi mobilizada para acabar só com o analfabetismo. Com efeito, para levar a cabo esta Campanha criou-se a «Comissão Nacional de Alfabetização», que agrupava delegações de todos os organismos e organizações revolucionárias, encontrando-se sob a presidência do ministro da Educação. Os revolucionários cubanos sobreram desde o primeiro momento que a efectivação da campanha de Alfabetização devia contar com o apoio das massas populares. Era necessário criar as condições objectivas e subjectivas para que a Campanha resultasse. Tornava-se, portanto, imperioso que os trabalhadores, os camponeses, as organizações políticas, os organismos e instituições que existiam naquela etapa da Revolução, participassem não só na elaboração do plano do trabalho, mas também na sua concretização.

«Comissão Nacional de Alfabetização» organizou-se em quatro secções (Técnica, Propaganda, Finanças e Publicações), à frente das quais se encontrava um coordenador.

«VENCEREMOS» «ALFABETIZEMOS»

Para ensinar a ler e a escrever, a Secção Técnica elaborou uma Cartilha, «Venceremos», onde em cada lição eram dados temas que ofereciam motivos de interesse e com actualidade para o cubano adulto. Com efeito, os temas ofereciam a oportunidade aos cubanos de se educarem, de

aprenderem as vogais e as consoantes, através de textos de interesse colectivo, onde a Revolução estava sempre presente. Senão vejamos: «A cooperativa»; «A terra»; «Os pescadores cubanos»; «Cada cubano dono da sua casa»; «Um povo são numa Cuba livre»; «As milícias»; «Cuba não está só»; «A Revolução ganha todas as batalhas»; eram alguns dos temas da Cartilha «Venceremos».

Para os alfabetizadores, elaborou-se um outro Manual, denominado «Alfabetizemos», que tinha como objectivo oferecer as orientações técnicas e conter os assuntos que possibilitariam elevar o nível político dos alfabetizadores populares, professores, estudantes, operários, enfim todas as pessoas que constituíram a grande força alfabetizadora da Campanha. Todo este trabalho da Campanha não foi uma tarefa isolada, mas sim uma tarefa conjunta, onde o trabalho político e técnico se uniram numa actividade criadora e revolucionária.

UNIDADES DE ALFABETIZAÇÃO

Para possibilitar uma maior ligação do trabalho político com o trabalho «professoral», foram criadas Unidades de Alfabetização, o que facilitava ainda uma ligação mais íntima entre alfabetizador/alfabetizado, garante da eficiência do trabalho. Isto porque, efectivamente, os revolucionários cubanos sabiam que os resultados resultam quando a teoria encontra correspondência na prática.

Desde o princípio que toda a organização da Campanha se voltou para quatro tarefas prioritárias: localizar os analfabetos, obter e preparar os alfabetizadores, organizar o núcleo de alfabetização (relação analfabeto/alfabetizador), garantir a estabilidade desse núcleo. O trabalho de alfabetizar apresentou algumas dificuldades. No entanto, a persistência revolucionária conseguiu vencer todos os obstáculos.

Em Setembro de 1961 realizava-se o Congresso Nacional. Neste Congresso, realizado em Havana, foi analisado o trabalho desenvolvido na Campanha de Alfabetização e traçaram-se as pautas para liquidar o analfabetismo dentro do «Ano da Educação».

Quatro meses mais tarde acabava a Campanha de Alfabetização com o seguinte resultado: 707212 alfabetizados e 271995 alfabetizadores, o que oferecia um saldo de 3,9% de analfabetismo.

«A Campanha não foi um milagre, mas, sim, uma conquista difícil, obtida pela força do trabalho, da técnica e da organização» disseram em 1964 técnicos da UNESCO ao fazerem a sua informação sobre os «Métodos e Meios Utilizados em Cuba para eliminar o analfabetismo».

A coragem e o entusiasmo revolucionário cubano, vencendo a ignorância, os medos ancestrais, abriram o caminho da liberdade ao povo cubano.

NA RDA A CIÊNCIA, A EDUCAÇÃO E A CULTURA

A posição da classe operária frente à ciência, à educação e à cultura está determinada, como questão de princípio, pelo facto de ser portadora da concepção científica do mundo. Já que o socialismo é construído sobre bases científicas, no processo de 25 anos de construção do socialismo, na RDA, vêm sendo utilizadas cada vez em maior escala os métodos científicos de direcção em todos os organismos estatais, empresas e instituições. O aumento de produção e da sua efectividade, necessário para a melhoria das condições de vida dos trabalhadores, exige que se conjugue cada vez mais as vantagens do socialismo com a revolução técnico-científica. A direcção do processo de produção, pelos trabalhadores, e também a sua intervenção em todos os campos da vida social, exige deles um aumento contínuo do seu nível educacional e cultural. Dai que a ciência, a educação e a cultura sempre tiveram uma função importante na construção socialista. Elas marcam o carácter do socialismo e como fundamentos dessa ordem social, foram incluídas na Consti-

tuição.

Na construção da sociedade socialista desenvolvida, a ciência, a educação e a cultura são difundidas planificada e metodicamente, tanto pela sociedade como um todo, como pelo Estado socialista, por serem imprescindíveis ao aumento da produção e à direcção dos processos de produção pelos próprios trabalhadores. A ciência, a educação e a cultura servem, em última instância, ao aumento do nível de vida de toda a popu-

lação, tanto material como culturalmente. Com isto, garante-se que os trabalhadores sejam beneficiados pelos resultados da ciência, excluindo-se todo e qualquer abuso anti-social dos mesmos. Simultaneamente, elas garantem aos trabalhadores, cujas qualidades intelectuais e acção criadora decidem em grande medida sobre o carácter e o ritmo do progresso social, as possibilidades de assimilação dos necessários conhecimentos ideológicos, profissionais e culturais.



O LIVRO DA SEMANA

COMO FAZER O CONTROLO DA PRODUÇÃO, de Carlos Pimenta — Coleção «Que País?» — Edições «Seara Nova».

... «o controlo da produção tem de ser obra dos próprios trabalhadores pelo que estudá-lo só pode ter interesse se contribuir para o seu alargamento e aprofundamento e melhoramento, se for um guia para a sua acção.» (...) «Estamos conscientes da capacidade dos trabalhadores se unirem e lutarem pelo fim da exploração do homem pelo homem.»

O MUNDO EM QUE VIVI, de Ilse Losa (4.ª edição) — Coleção «Poliedro» — Plátano Editora.

A acção deste livro decorre na Alemanha pré-nazi, num momento em que o desprezo pelos valores do homem produziu a maior hecatombe que a história conheceu. A experiência da autora, que nos conta a tragédia de uma família judia, nesse mundo de horror e perseguição após a subida de Hitler ao poder, recorda uma época que não pode ser esquecida. Todos os anos passados e apesar do avanço que a sociedade alcançou em relação aos direitos fundamentais do homem, este livro de Ilse Losa mantém infelizmente a sua actualidade e funciona como um aviso, como uma denúncia e uma lição em que devemos meditar.

OUTROS LIVROS QUE ACONSELHAMOS:

A LUTA ECONÓMICA DOS TRABALHADORES (das formas de luta económica e da força política que é preciso para vencer) — Texto, arranjos e adaptação de Sérgio Ribeiro — Coleção «Textos de Intervenção» — Edições Sociais.

«No sistema capitalista, no meio de produção que o define, as classes fundamentais são a capitalista e a operária. A classe capitalista é a que possui os meios de produção e compra horas de vida de quem não possui mais do que a sua força de trabalho» (...) «A classe operária faz parte do conjunto dos assalariados de que constitui uma parte, sendo esse conjunto todos os que recebem um salário e são explorados pela classe que compra a sua força de trabalho, independentemente de serem ou não directamente produtivos, isto é, criadores de valor».

cultura popular • cultura popular

AS MULHERES E O DESPORTO NA POLÓNIA

As mulheres, que em média constituem 10% da composição de todas as equipas olímpicas polacas, alcançaram até agora 25 medalhas num total de 121.

A mais eminente representante do desporto polaco é Irena Szewinska, que ganhou 6 medalhas em três Jogos Olímpicos.

O desporto feminino na Polónia possui uma velha tradição. Tudo começou com a ginástica. Em 1859, foi publicado na Polónia um manual, único à escala europeia, intitulado «A ginástica caseira para a mulher». É muito possível que a obra tenha despertado o interesse das polacas por essa disciplina. Actualmente, as jovens gostam de fazer ginástica, mas praticam principalmente a ginástica artística. É verdade que nessa disciplina, as polacas ainda não fazem parte da elite mundial, mas todas as esperanças estão depositadas na sua popularidade.

No século passado, as polacas distinguiram-se na patinagem, no hipismo e mesmo no ciclismo. Mas só depois do regime popular na Polónia é que as desportistas polacas puderam dar provas totais dos seus talentos e possibilidades, graças às condições que lhes foram criadas.

Janina Kurkowska-Spychaj e Jadwiga Jędrzejewska representaram a Polónia logo após a guerra e alcançaram enormes êxitos perto do final das suas carreiras desportivas.

Exactamente como no início do desporto feminino polaco, os primeiros sucessos foram obtidos com a ginástica. E depois de inúmeras medalhas conquistadas em diversos jogos olímpicos e campeonatos através de todos estes anos, finalmente em 1974 Irena Szewinska foi consagrada a primeira dama do desporto mundial. Actualmente, Irena prepara-se cuidadosamente para os Jogos de Montreal.

As jovens desportistas polacas continuam a obter êxitos magníficos. As jogadoras de voleibol ganharam três medalhas de bronze nos Jogos Olímpicos. As patinadoras polacas também obtiveram medalhas nos Jogos de Squaw Valley em 1960: Elwira Seroczyńska (medalha de prata) e Helena Pilejczyk (medalha de bronze). No que respeita às outras disciplinas vale a pena recordar o êxito de Halina Grueger-Syrokomska e Anna Okopinska que realizaram a escalada do monte Gasharum II no Paquistão (8035 metros de altitude). Passa-se o mesmo com a vela onde só em 1975 Adela Dankowska conquistou três recordes mundiais.

A polaca Teresa Remiszewska participou com êxito na travessia solitária do Atlântico e ultimamente, a nadadora Teresa Narzeczanska atravessou em tempo recorde o canal da Mancha. Também uma navegadora solitária — Krystyna Chojnowska-Liszkievicz deu a volta ao mundo num veleiro.



TV UMA AMEAÇA CHAMADA DESINFORMAÇÃO

Continuamos azedos e de que maneira perante a desinformação que criminosamente nos é impingida pela televisão que todos pagamos. Ora que uma pessoa pague para ser poluída é uma autêntica violência. Sem falar na maneira tendenciosa como são apresentados os problemas dos trabalhadores do nosso país, em que se dá muito mais voz às «cúpulas» do que aos verdadeiros interessados (ou melhor, explorados), passando pelas doses maciças de desavergonhada propaganda eleitoral, numa altura em que até se sabe que a «época» ainda nem sequer abriu, e acabando nas intervenções de certas pessoas menos gratas aos senhores do telejornal e que por isso mesmo são mutiladas de toda a forma e feitio, aquilo é tudo uma vergonha a pedir saneamento urgente. Já repararam que sempre que Angola vem à baila, a ferroada é fatal como o destino? Se não subestermos que a ideia é mesmo disparatada, era caso para perguntar se haverá alguém nos serviços informativos a quem o MPLA ficou atravessado na garganta como uma espinha...

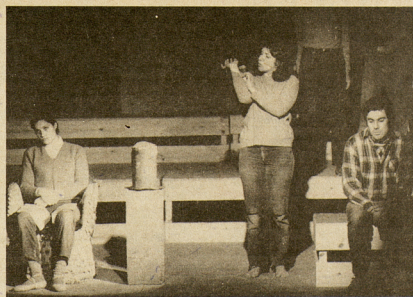
Quanto ao resto da programação, as coisas vão continuando oscilantes, muito irregulares e gaguejantes. Vem para aí um concurso chamado «Terra a terra minha gente» que pela amostra nos deixou com receio que acabe por ser um grande buraco. Pela rábula de apresentação entre o Filho e a Borsatti não auguramos nada de bom. Oxalá nos enganemos.

A «Jornal» deu o bafo e ainda não sabemos quem lhe vai suceder. Esperemos pela Tele-Semana e pelo Jorge Alves. O pior é que às vezes as informações não coincidem e uma pessoa fica toda baralhada.

Os Thibault também devem estar a acabar, mas entretanto não percam essa série.

Convém estar atento às rubricas «Antologia» e «Há só uma terra». De vez em quando aparecem outras coisas que o público até gostaria de ver se fosse devidamente informado. Mas em geral atiram-nas para o ar quase que à má fiada, sem prevenir nem fazer comentários e a verdade é que uma pessoa não pode passar a vida espescada em frente do quadradinho a ver o que há-de vir.

«Cantiga» foi uma surpresa agradável. Um programa musical (e não só), que apesar das restrições que se lhe queiram fazer tem qualidade e motivos de interesse. Além de António Pedro de Vasconcelos, os outros responsáveis são: Fernando Lopes, Álvaro Moraes, Rogério Ceil e Ernesto de Sousa.



GRUPO DE TEATRO DE CAMPOLIDE

O Grupo de Teatro de Campolide estreou, na Sala do campolide Atlético Clube, em 17 de corrente, com bastante êxito, a peça «O Grande Cidadão», sob a direcção musical de Carlos Paredes, com máscaras de Teresa Dias Coelho, cenários e figurinos de José Froufe e encenação de Joaquim Benite. Na construção do espectáculo interveem, como actores, Carlos Alberto, Eduardo Brásio, Fernanda Cardoso, Fernando Louro, Hermínio Fernandes, Isabel Bahia, João Loureiro, José Balé, José Barata, Manuel de Brito, Manuel Pinheiro, Maria Dulce, Maria Henriqueta, Pedro Artur, Teresa Gaiteira e Vitor Marques. Participam como colaboradores José Manuel

Silva (Som), Mário «Faisca» (Luz), Carlos Borges, Vitor Sestelo, Mário Cunha, Teresa Borges, Alfredo Agostinho e Vitor Sales.

«ALAVANCA» deseja-lhes os maiores êxitos.

INATEL PROMOVE TEATRO PARA CRIANÇAS

O Instituto Nacional para o Aproveitamento dos Tempos Livres dos Trabalhadores (INATEL) está a promover em vários concelhos do distrito do Porto, espectáculos de Teatro Infantil, especialmente dedicados às crianças das escolas do Ensino Primário.

LÊ
E
ASSINA

avancada

o INATEL É DOS TRABALHADORES

«O INATEL tem por finalidade providenciar no sentido de um adequado e racional aproveitamento dos tempos livres dos trabalhadores, de forma a melhorar a sua qualidade de vida e dos seus familiares; deve ainda estimular, em colaboração com outros departamentos públicos e privados, todas as acções que se integrem naquela finalidade».

Transcrevemos o Art.º 3.º do Projecto de Estatuto do INATEL (ex-FNAT), recentemente elaborado pela Comissão Administrativa que, neste momento, assegura a gestão daquele organismo.

Este Projecto de Estatuto, que em breve será submetido à discussão de todos os trabalhadores através dos seus Sindicatos, integra-se num documento mais vasto («reestruturação da FNAT», cerca de 80 páginas), tratando-se de um importante trabalho sobre o qual temos obrigação de nos debruçar atentamente.

E temos obrigação porque o INATEL pertence a todos nós, pertence a todos os trabalhadores portugueses.

O QUE ERA A FNAT

A FNAT criada durante a ditadura, nunca passou de uma obra de fachada, igual a tantas outras com fins idênticos (a Mocidade Portuguesa, por exemplo), convenientemente manipulada pelo regime de então. Também neste caso, portanto, há que meter mãos ao trabalho para que o actual INATEL venha a ficar, efectivamente ao serviço das massas trabalhadoras. Nesse sentido, a Comissão Administrativa do INATEL, apesar dos limitados meios de que dispõe e ainda que nomeada há pouco mais de um ano, conseguiu já desenvolver um trabalho digno da nossa admiração.

Para que nos dessem conta do que tem sido a sua actividade durante este ano e tal de trabalho, resolvemos ter uma conversa com a Comissão Administrativa do INATEL.

Falaram connosco Fernando Chambel, Guedes Lebre e Rogério Paulo. Sobre as dificuldades que desde o início, e ao longo de todo este período de tempo, se têm feito sentir, Guedes Lebre começou por nos declarar: «Para os trabalhadores portugueses, a ex-FNAT sempre assumiu uma expressão fascista. Os trabalhadores viam na FNAT uma forma de os amarrar a uma ideologia corporativista que, de resto, estava definida nos próprios estatutos. É claro, as pessoas acabavam por se afastar. Por outro lado, esta organização, que teve por modelo outras organizações fascistas e nazis, ficou muito aquém das possibilidades das suas congéneres».

Na verdade, a imagem da FNAT criada pelos trabalhadores, durante 48 anos de fascismo, fez com que, neste momento, pouco ou nada lhes interesse aquele organismo. Também neste caso teremos que quebrar essa apatia.

Mas vejamos mais algumas das dificuldades surgidas: «Viemos para aqui com a função determinada de administrar todo este organismo que é complicadíssimo. Posso adiantar que, de norte a sul do país, trabalham no INATEL mais de 1000 pessoas e o nosso património ronda os 400 mil

contos. Ora, gerir tudo isto, refeitórios, centros de férias, parques de campismo, actividades desportivas, etc., não é nada fácil. Por outro lado temos que ter em conta que atravessamos um período de grandes contradições que, necessariamente, interferem na nossa actividade».

O PROBLEMA DOS RETORNADOS

Para lá destas problemas que poderemos classificar de gerais, outros existem bem mais concretos. E o caso, por exemplo, dos retornados que, neste momento, se encontram instalados em alguns alguns dos centros de férias do INATEL.

PATRIMÓNIO DO INATEL PATRIMÓNIO DE TODOS NÓS

- 5 Centros de férias: Caparica, Foz do Arelho, Albufeira; S. Pedro do Sul, Entre-os-Rios.
- 4 Refeitórios: 2 em Lisboa, 1 no Porto, 1 em Setúbal
- 3 Parques de campismo;
- 2 Parques desportivos: 1.º de Maio em Lisboa e Ramalhe no Porto;
- 2 Gimnodesportivos: 1 na Covilhã, 1 na Guarda;
- Teatro da Trindade em Lisboa;
- Pequenos pavilhões polivalentes junto dos centros de férias;
- 1 Pavilhão polivalente na Mouraria;
- Armazéns e delegações próprias em três distritos e nos restantes distritos instalações alugadas.

Sobre este assunto, um dos nossos interlocutores adiantou-nos: «Actualmente, o INATEL tem possibilidades de alojar nos seus centros de férias, durante os três meses de Verão, 30 mil a 40 mil trabalhadores. Sucede que 70 por cento dessas instalações estão a ser utilizadas por retornados. Antes de avançar um pouco mais queremos deixar bem saliente que nada nos move contra os retornados. Acontece, no entanto, que 3 mil retornados viram resolvido o seu problema, ficando cerca de 30 mil trabalhadores em risco de ficar sem férias. Por outro lado, será de salientar que a concessão dos centros de férias foi negociada com o IARN como solução provisória. O ano passado, os trabalhadores que não tiveram acesso aos centros de férias ocupados por retornados foram colocados em hotéis, pagando o IARN o excesso. Ora acontece

que este ano quase todos os hotéis estão cheios, também com retornados. Quer dizer: os trabalhadores reivindicam as suas férias e os retornados reivindicam uma habitação. E nós cá estamos: fomos apanhados por toda esta engrenagem».

Entretanto, tendo em vista a resolução deste problema, a Comissão Administrativa do INATEL contactou diversas entidades esperando que se venha a efectuar uma reunião com todas as partes interessadas.

Pedimos, em seguida, aos nossos entrevistados, que nos dessem a conhecer algumas das actividades já levadas à prática no âmbito do melhoramento das iniciativas do INATEL. Podemos lembrar, por exemplo, que colocamos animadores culturais por quase toda a província. Só não colocamos mais porque não temos dinheiro para isso. Poderão dizer que é pouco, é provável, mas, mesmo assim, é mais do que se pode fazer. O Teatro da Trindade, que também é nosso, apenas tem sido posto à disposição de companhias que funcionam em regime cooperativo. Por outro lado, temos colaborado em estreita ligação com o FAOJ e, neste momento, estamos a pôr de pé um Centro de Documentação Operária e Camponesa/Museu do Trabalho, em colaboração



Fernando Chambel e Guedes Lebre da C.A. do INATEL

desportivos, procedendo-se, por outro lado, à remodelação dos 4 refeitórios (2 em Lisboa, 1 no Porto, 1 em Setúbal), prevenindo-se um aumento diário de 4 mil para 7 mil refeições.

A curto prazo, a Comissão Administrativa pensa instalar no Porto, junto às Antas, uma fábrica de comida bem como um novo refeitório na Rua de S. Catarina. Está já em estudo, igualmente, a aquisição de dois novos centros de férias, um no Luso e outro em Vila do Conde que possibilitarão o gozo de férias a cerca de mais 4000 trabalhadores.

Também as actividades desportivas não têm sido descuradas pelo INATEL, antes pelo contrário. Além das competições oficiais que estão em curso, diversos Torneios Abertos e Jornadas de Convívio têm sido realizados. Praticamente todas as modalidades desportivas são contempladas, desde o voleibol, ao futebol, passando pela natação.

Ainda no âmbito do desporto, as competições internacionais assumem papel de destaque no calendário do INATEL. Entre outras provas a realizar destacamos: corta-mato com a participação de atletas belgas, búlgaras e soviéticas; um Torneio Triangular de Atletismo durante o mês de Agosto, em Viseu, em que participarão equipas belgas, francesas e portuguesas; encontros de voleibol e andebol com a RDA e URSS, etc.

Com vista ao desenvolvimento do chamado desporto de base, prevê-se o aumento das classes de ginástica, judo e natação, estando em estudo a elaboração de um plano para a expansão do xadrez e do atletismo através da criação de escolas nos principais centros populares do País.

Finalmente está já em funcionamento em curso de organizadores desportivos de empresa que posteriormente irão pôr em prática a sua aprendizagem em cerca de 40 empresas piloto.

O PROBLEMA ECONÓMICO

«Para tudo isto — prosseguiu um dos nossos interlocutores — é necessário dinheiro. Actualmente os nossos fundos

vêm, na sua maioria, das Caixas de Previdência, dos Sindicatos, dos Grémios, etc. Acontece, no entanto, que, por exemplo, muitos Sindicatos deixaram de contribuir com a sua quotação. Se o INATEL é uma organização de trabalhadores e para trabalhadores não se compreende que certos Sindicatos se recusem a contribuir e, posteriormente, desejem ter pleno direito de usufruir das nossas iniciativas. O problema económico, além de outros que neste momento afectam o INATEL, são por nós abordados no plano de reestruturação agora apresentado. Será pois da maior conveniência que os Sindicatos e todos os trabalhadores em geral analisem este documento».

A SINDICÂNCIA DO MINISTÉRIO DO TRABALHO

Pelo que acima ficou dito, ninguém, de boa fé, poderá pôr em dúvida o esforço que tem sido feito pela actual Comissão Administrativa do INATEL para colocar este organismo ao serviço dos trabalhadores portugueses.

Mas, é claro, por inveja ou feito, há sempre quem goste de caluniar. A questão é muito simples: dizer mal é fácil, construir algo de bom e útil para a colectividade é difícil. Mas, dos fracassos não reza a História.

Tudo isto a propósito de uma «sindicância» levantada pelo actual Ministério do Trabalho à Comissão Administrativa do INATEL. Dizem, lá pelas bandas do Ministério, que houve desvios de fundos. Enfim daqueles Ministério têm saído tantas e tão boas que mais uma, menos uma, não aquece nem arrefece.

Sobre a tal «sindicância» um dos nossos entrevistados desabafou: «Se se entende que criar novos refeitórios, desenvolver as actividades desportivas e culturais para os trabalhadores, defender, em suma, os interesses dos trabalhadores é desviar fundos, então, nesse caso, nós temos desviado fundos. Resta-nos acrescentar que aguardamos, serenamente, os resultados de uma sindicância clara e nitidamente política».

O QUE SE FEZ E O QUE SERÁ FEITO

Mas muito mais tem sido feito. Assim todos os trabalhadores que se candidatam a um período de férias num dos centros do INATEL são seleccionados com base nos seus rendimentos individuais. Pôs-se, desta forma, termo ao chamado processo da «cunha». Foram colocados em todos os centros de férias animadores culturais e